

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**PEDRO FELIÚ RIBEIRO**

**VOTAÇÕES NOMINAIS, ESPECTRO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO  
E POLÍTICA EXTERNA: O CASO CHILENO (1994-2006).**

**São Paulo, Junho de 2008.**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**VOTAÇÕES NOMINAIS, ESPECTRO IDEOLÓGICO POLÍTICO-PARTIDÁRIO  
E POLÍTICA EXTERNA: O CASO CHILENO (1994-2006).**

**PEDRO FELIÚ RIBEIRO**

Dissertação apresentada ao Departamento  
de Ciência Política da Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo para obtenção  
do título de mestre em Ciência Política.

**Orientador: Prof. Dr. Amâncio Jorge Silva  
Nunes Oliveira**

**São Paulo, Junho de 2008.**

## AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento desta dissertação certamente corresponde ao orientador da mesma, o prof. Dr. Amâncio Oliveira. Além de seus conhecimentos substantivos e metodológicos, a sua orientação, sempre muito presente e produtiva durante todo o período desta pesquisa, contribuíram de maneira decisiva para a sua estruturação. Ao mesmo tempo em que pude aprender a pesquisar, ganhei um bom amigo, parceiro de futebol e companheiro de Palestra Itália.

À profa. Dra. Janina Onuki, professora do IRI-USP e pesquisadora do CAENI. A sua fundamental ajuda englobou a escolha do tema de pesquisa, recomendação de importantes textos, sugestões valiosas e suporte acadêmico em distintos âmbitos. Aproveito para registrar que a convivência em uma instituição de pesquisa qualificada como o CAENI (Centro de Estudos das Negociações Internacionais), coordenado pelo prof. Amâncio e pela profa. Janina, foi extremamente importante para o meu amadurecimento acadêmico. Foi no CAENI que pude conhecer e dialogar com colegas de mestrado como o Gustavo Araújo, Guilherme Gamba e Manoel Galdino, este último parceiro de artigos e cuja participação nesta pesquisa foi muito importante.

Aos meus pais, Paulo César Ribeiro e Ximena Feliú, por todo carinho e constante apoio prontamente ofertado às minhas opções e empreitadas.

À minha tia chilena Ximena Feliú Cruz, cujos conhecimentos, carinho e hospitalidade propiciaram o consolidamento da minha vontade de pesquisar. Ademais, seus excelentes contatos na Biblioteca Nacional do Congresso chileno me abriram portas para o recolhimento de todos os dados empíricos desta dissertação.

Ao prof. Dr. Fernando Limongi não só pelo excelente curso ministrado, mas também pelas sugestões efetuadas na qualificação desta dissertação. Adicionalmente, gostaria de agradecer a colega Andrea Marconi, assistente de pesquisa do prof. Limongi no CEBRAP, pela ajuda gentilmente prestada no início desta pesquisa.

Ao prof. Dr. Wagner Mancuso pelo excelente curso ministrado.

Ao prof. Dr. Emmanuel Oliveira pelos precisos comentários metodológicos e estatísticos.

Aos funcionários da secretaria do Departamento de Ciência Política da USP pelos serviços prestados.

A CAPES pela ajuda financeira via bolsa de pesquisa para a realização desta dissertação.

## RESUMO

A influência dos partidos políticos nas decisões dos congressistas é um tema extremamente debatido na ciência política. No que diz respeito à política externa, usualmente considerada como tema suprapartidário, a questão apresenta-se ainda mais inconclusiva. A presente pesquisa analisa todas as votações nominais em temas de política externa das Legislaturas 1994-1998, 1998-2002 e 2002-2006 da Câmara dos Deputados do Chile. Após construir um mapa espacial das preferências dos deputados chilenos em política externa, por meio da utilização do programa estatístico NOMINATE, concluiu-se que a ideologia do partido político do legislador é fator preditivo de seu comportamento em política externa. Os achados indicam que o pressuposto da não manifestação das preferências dos legisladores latino-americanos em temas de política externa (abdicação) não encontra respaldo no caso chileno. Ademais, a comparação dos resultados obtidos nesta dissertação com outros estudos acerca da atuação legislativa na política doméstica chilena, evidenciou a similaridade entre ambos, sugerindo que os fatores que estruturam as decisões dos deputados em política doméstica não difere daqueles em política externa.

**Palavras-Chave:** NOMINATE, Câmara dos Deputados do Chile, Partidos Políticos, Ideologia e Política Externa.

## **ABSTRACT**

*The influence of partisan politics in congressmen decisions is a much debated issue in political science. With respect to foreign policy, usually considered above parties, the question appears even more inconclusive. This research analyses all roll-call foreign policy votes for the 1994-1998, 1998-2002 and 2002-2006 Legislatures of the Chamber of Deputies of Chile. After constructing a spatial map of deputies' preferences in foreign policy through NOMINATE program, we conclude that the ideology of legislators' political parties constrains their votes in foreign policy. Our findings indicate that the presupposition of the non-manifestation of Latin American legislator's preferences regarding foreign policy (abdication) does not apply to the Chilean case. Furthermore, the comparison of these data with those of other researchers for the domestic policy in Chile reveals a strong similarity between them, indicating that the factors that influence the legislators choices are the same in foreign and domestic policies.*

**Keywords:** *NOMINATE, the Chamber of Deputies of Chile, Political Parties, Ideology and Foreign Policy.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1. O ESTADO DA ARTE.....	15
1.1 PARTIDOS POLÍTICOS, LEGISLATIVO, EXECUTIVO E POLÍTICA EXTERNA .....	21
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA .....	31
2.1 A AMOSTRA .....	38
CAPÍTULO 3. O SISTEMA POLÍTICO CHILENO .....	41
3.1 O SISTEMA POLÍTICO CHILENO.....	41
3.2 AS RELAÇÕES EXECUTIVO-LEGISLATIVO NO CHILE.....	41
3.2.1 <i>As Competências Constitucionais do Legislativo e Executivo na política externa chilena</i> .....	45
3.3 MESA E COMISSÕES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO CHILE .....	47
3.4 AS COALIZÕES PARTIDÁRIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO CHILE.....	50
3.5 POLARIZAÇÃO E COESÃO PARTIDÁRIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO CHILE .....	57
CAPÍTULO 4. RESULTADOS.....	62
CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO .....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação parte de uma importante concepção teórica desenvolvida pela Análise de Política Externa (*Foreign Policy Analysis* -FPA): os fenômenos advindos da interação entre os Estados no sistema internacional estão baseados nas ações, individuais ou coletivas, dos indivíduos tomadores de decisões. Basicamente, rejeita-se o pressuposto teórico estruturalista calcado na figura do Estado Nacional enquanto um ator tomador de decisões unitário e racional (Neack, Hey and Haney, 1995 e Hudson, 2005).

Em linhas gerais, o estruturalismo nas relações internacionais preconiza a existência de um Estado detentor de um interesse nacional definido a partir das necessidades domésticas e as possibilidades efetivas da realidade estrutural do sistema. Assim, duas conclusões podem ser extraídas desta concepção: a estrutura do sistema internacional determina o comportamento dos Estados Nacionais e existe um interesse nacional (único), definido pelas necessidades do Estado<sup>1</sup>.

O contraponto a conceitualização brevemente descrita, presente na abordagem teórica da FPA, centra-se na sua incapacidade de analisar mudanças ocorridas na política externa dos países dentro de uma mesma estrutura do sistema internacional. Isto é, para qualquer combinação de condições estruturais e materiais, haverá uma significativa variabilidade nos resultados da política externa (Hudson, 2005). Os analistas da FPA dirigem suas atenções para o comportamento dos agentes específicos tomadores de decisões que moldam a política externa e não para os Estados enquanto abstrações metafísicas. Desta forma, a análise de um determinado resultado advindo da política externa deverá

---

<sup>1</sup>Para uma conceitualização da teoria estruturalista das relações internacionais ver WALTZ, K. (1979), *Theory of International Politics*. Reading, MA: Addison-Wesley.

incorporar variáveis domésticas como a organização burocrática, o aparato institucional do Estado, a pressão de grupos econômicos, a atuação sindical, os fatores de produção domésticos, enfim, uma gama de agentes e fatores que influenciam o processo decisório da política externa.

Faz-se necessário salientar que não se trata de desconsiderar a influência da estrutura do sistema internacional, mas sim de adicionar variáveis fundamentais ao equacionamento da política externa. A título de exemplo, nem mesmo a formulação da política de segurança nacional, tradicionalmente analisada desde a perspectiva teórica estruturalista, pode ser plenamente compreendida enquanto um resultado advindo de uma unidade de decisão concentrada (Estado Nacional). O trabalho de Fordham (1998) é um excelente exemplo dentre aqueles que conferem peso específico à dimensão doméstica do processo decisório em política externa.

Este autor argumenta que interesses econômicos conflitantes, mediados por partidos políticos, ajudaram a moldar a política de segurança nacional norte-americana no início da Guerra Fria. Assim, senadores cujos estados predominavam investidores no Terceiro Mundo, bancos atuantes na Ásia e indústrias que competiam com produtos similares importados tendiam a se opor à custosa e ambiciosa política de segurança nacional da administração Truman (1945-1953). Em contrapartida, senadores provenientes de estados majoritariamente compostos por indústrias exportadoras e bancos atuantes na Europa tendiam a apoiar a política de segurança nacional no período citado (Fordham, 1998). Desta forma, as preocupações com segurança nacional advindas da Guerra Fria, ao

contrário do que sustenta o estruturalismo, não gerou um conjunto unitário de preferências nacionais (Fordham, 1998).

Ao se privilegiar a análise das preferências dos agentes decisórios, dilui-se a noção de interesse nacional enquanto um resultado advindo de uma unidade de decisão concentrada que não gera incoerências na definição de seus interesses. A política externa será mais bem entendida como o resultado de uma disputa de interesses no interior do processo decisório. Não há, portanto, um interesse nacional que represente toda a sociedade, mas sim uma política externa que favoreça determinados setores em detrimento de outros.

Tendo em vista a relevância das preferências dos tomadores de decisão domésticos na formulação da política externa, a presente dissertação se fixa em um destes agentes domésticos: o Congresso Nacional<sup>2</sup>. Mais especificamente, pretende-se analisar as votações nominais dos deputados chilenos em temas de política externa durante as legislaturas 1994-1998, 1998-2002 e 2002-2006. Esta dissertação é norteada pela idéia de que partidos políticos, ideologia e instituições importam não apenas no âmbito doméstico, mas também no que diz respeito à formulação da política externa.

Estudos recentes reafirmaram a influência da orientação partidária nas políticas públicas domésticas (Figueiredo e Limongi, 1999; Poole and Rosenthal, 1997; Cox and McCubbins, 1991; Aldrich 1995; Leoni, 2002; Hager and Talbert, 2000). Entretanto, o

---

<sup>2</sup> De acordo com Shugart e Carey (1992), o termo mais apropriado para denominar o parlamento em regimes presidencialistas é congresso. Deste modo, a utilização do termo congresso torna implícita a referência a sistemas presidencialistas. Ademais, pelo fato da ampla maioria dos sistemas presidencialistas se encontrarem na América Latina e Estados Unidos (Shugart and Carey, 1992), o termo congresso também torna subentendida esta circunscrição geográfica.

estudo da política externa, tradicionalmente considerada acima dos partidos políticos, ainda carece de trabalhos empíricos mais sistemáticos sobre a influência do Congresso Nacional e partidos políticos, sobretudo acerca dos países latino-americanos<sup>3</sup>.

A hipótese aqui proposta é a existência de uma clara correlação entre a ideologia do partido político o qual pertence o deputado e a maneira como o mesmo vota em temas específicos de política externa. O argumento central desenvolvido no presente estudo é o reconhecimento desta correlação entre o posicionamento dos partidos políticos chilenos no *continuum* ideológico direita – esquerda e os votos dos deputados em temas de política externa. Nós argumentamos que a ideologia do partido político do deputado chileno é, assim como na política doméstica, um excelente preditor para os seus respectivos votos em política externa.

As razões pelas quais conduziram a presente pesquisa a optar pelo Chile, enquanto objeto de estudo, podem ser resumidas em duas. Primeiramente, o Chile se configura como um “presidencialismo de coalizão” (Nolte, 2003), ou seja, o poder Executivo estrutura o suporte à sua agenda legislativa em bases partidárias, apresentando uma organização política muito próxima àquela observada em sistemas parlamentaristas<sup>4</sup> (Figueiredo e Limongi, 1999). Um aspecto central da constituição do “presidencialismo de coalizão” é a distribuição de pastas ministeriais por parte do presidente com o objetivo de obter apoio legislativo (maioria) dos partidos políticos beneficiados<sup>5</sup> (Nolte, 2003). Este fato

---

<sup>3</sup> No que se refere ao caso norte-americano, há uma significativa produção acadêmica relacionando o papel do Congresso Nacional e dos partidos políticos na formulação da política externa dos EUA (ver Capítulo 1).

<sup>4</sup> Para uma conceitualização mais precisa do “presidencialismo de coalizão” ver Figueiredo e Limongi (1999).

<sup>5</sup> Para maiores detalhes acerca do sistema de coalizões políticas no Chile ver capítulo 3.

possibilita averiguar o nível de coesão ideológica dos partidos políticos pertencentes à mesma coalizão no que tange a política externa chilena, comparando-o com a política doméstica (ver capítulo 4).

Segundo, o processo de liberalização da economia chilena foi um dos mais acentuados do continente, conduzindo o país à ratificação de diversos acordos bilaterais de livre-comércio. Durante a década de 90, os países da América Latina, de maneira geral, sofreram um intenso processo de liberalização de suas economias<sup>6</sup>. Dentre as inúmeras conseqüências produzidas por tal processo, destacamos a internacionalização da agenda doméstica e a incidência desigual dos custos e benefícios na sociedade (conseqüências distributivas). Nas palavras de Maria Regina Soares Lima:

“A globalização, no sentido amplo da internacionalização da economia e de diversos fenômenos sociais, fomenta a superação da fronteira interno/externo e, conseqüentemente, a internacionalização da agenda doméstica, com a incorporação à esfera da decisão legislativa de questões de política externa, questões que previamente estavam restritas ao Executivo. A integração à economia internacional e a abertura econômica contribuem para a politização da política externa em vista dos impactos distributivos internos da maior participação no comércio internacional, uma vez em que em uma economia aberta há ganhos e perdas diferenciados frutos de decisões e negociações internacionais” (Lima, 2000: 287).

Percebe-se a partir da citação acima dois elementos de destaque: a relação diretamente proporcional entre o aumento da participação do Poder Legislativo em temas de política externa e a intensificação do processo de liberalização econômica e o caráter distributivo

---

<sup>6</sup> Evidentemente que a onda de democratização dos regimes Latino-Americanos, consolidada na década de 90, é um pré-requisito para a observação de uma tendência na maior participação dos Congressos Nacionais em temas de política externa. Desta forma, além da liberalização econômica, a democratização não pode ser esquecida enquanto variável explicativa para a situação descrita.

da política de comércio exterior (*foreign trade policy*). A liberalização econômica produz incentivos para a atuação organizada de grupos de interesse com o intuito de influenciar a decisão de governantes e congressistas<sup>7</sup> (Feliú, Galdino e Oliveira, 2007). Desta forma, espera-se que os congressistas chilenos sejam sensíveis a temas internacionais, constituindo uma amostra de votações nominais suficientemente grande para o tipo de análise aqui proposta (ver capítulo 2).

Desde uma perspectiva mais ampla, o principal objetivo desta dissertação é demonstrar a viabilidade e importância de se estudar o Poder Legislativo na formulação da política externa. Na medida em que buscamos demonstrar a similaridade entre a estrutura de preferências dos deputados chilenos em temas de política externa e política doméstica deste país, falseamos a hipótese presente na literatura da abdicação da preferência dos legisladores latino-americanos em temas de política externa. Assim, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa focada na participação dos Legislativos do continente na política externa, fornecendo subsídios metodológicos e conceituais para a mesma. Segue abaixo o plano de apresentação dos capítulos desta dissertação.

---

<sup>7</sup> Dados relacionados aos distritos eleitorais são uma importante variável independente a ser incorporada em um modelo explicativo acerca das preferências dos legisladores. Fatores relacionados ao eleitorado, assim como a atuação de grupos de interesse, são frequentemente apontados pela literatura enquanto variáveis explicativas dos votos dos congressistas (ver cap. 1). A intenção inicial desta pesquisa era incorporar dados como inflação, desemprego, produto interno bruto, presença de empresas orientadas para o mercado externo ou doméstico, entre outros, para os distritos eleitorais chilenos. Entretanto, foram encontrados apenas alguns dados neste nível de desagregação para quatro anos (1996, 1998, 2001, 2003), dificultando uma análise mais contundente. Não obstante, realizamos uma pesquisa cujos resultados encontrados indicam que a ideologia dos partidos políticos chilenos importa na constituição das preferências dos deputados em temas de política comercial, mesmo quando controlada por interesses locais, medidos pela taxa de desemprego regional. Ademais, constatou-se que quanto mais à esquerda estiver o legislador, maior será a chance de que vote favoravelmente aos tratados de livre-comércio (Feliú, Galdino e Oliveira, 2007). Nesta pesquisa incluímos todas as votações dos tratados bilaterais de livre-comércio ratificados pelo Chile (1990-2006) na Câmara dos Deputados.

No Capítulo 1 da dissertação apresentaremos a revisão da literatura acerca da participação do Congresso Nacional na formulação da política externa, assim como a influência dos partidos políticos na determinação da mesma. Identificamos, em linhas gerais, duas grandes perspectivas argumentativas. A primeira, predominante na literatura latino-americana especializada, argumenta a preponderância do poder Executivo em temas de política externa frente a um Congresso pouco assertivo no tema. Já a segunda perspectiva posiciona o Congresso Nacional tão atuante em política externa quanto na política doméstica. É justamente nesta segunda perspectiva que esta dissertação se insere.

No Capítulo 2 abordaremos a metodologia do estudo, notadamente a utilização do programa estatístico NOMINATE, desenvolvido por Poole and Rosenthal (1991) para estimar os pontos ideais dos legisladores via a análise de votações nominais. Adicionalmente, abordamos de maneira breve a discussão metodológica acerca da estimação das preferências dos legisladores, ressaltando as principais críticas elaboradas ao programa NOMINATE presentes na literatura. No final do capítulo a amostra da pesquisa será apresentada.

No capítulo 3 privilegiaremos a apresentação do sistema político chileno. A apresentação do sistema político chileno consiste na descrição, advinda da literatura pertinente, dos aspectos fundamentais referentes a: distribuição de atribuições dos Poderes Executivo e Legislativo, organização interna da Câmara dos Deputados do Chile, sistema eleitoral e formação das coalizões político-partidárias e o nível de polarização entre as mesmas.

O Capítulo 4 se dedicará à análise dos resultados obtidos, revelando a dimensão político-ideológica enquanto fator estruturador dos votos dos deputados chilenos em política

externa. Além disso, a comparação entre os resultados aqui obtidos no caso da política externa e aqueles apresentados por outros autores para o caso da política doméstica revela a similaridade no modo em que ambas são estruturadas. Em outras palavras, rejeita-se a argumentação da abdicação das preferências dos legisladores em temas de política externa, uma vez que se observa um padrão de votação muito similar ao dos temas domésticos.

No último e quinto capítulo concluiremos o estudo.

## **CAP. 1 - O ESTADO DA ARTE.**

O emprego de teorias e métodos formais nos estudos legislativos do Congresso Norte-Americano certamente foi uma das práticas mais difundidas e influentes entre os pesquisadores da área da ciência política na última metade do século passado. Utilizando a classificação elaborada por Shepsle e Weingast (1994), identificamos três gerações analíticas na citada literatura. A primeira, composta pelos pioneiros<sup>8</sup> na utilização da *rational choice* em configurações institucionais, vigiu entre os anos 50 e 60. Maiorias cíclicas, troca de votos e formação de coalizões figuravam entre os principais objetos de estudo destes acadêmicos.

Apesar da fabulosa contribuição, alguns argumentos desta geração sofreram amplas revisões na geração subsequente. Dentre os principais pontos revisados destacamos quatro (Shepsle e Weingast, 1994). Primeiro, a regra da maioria cíclica (mitigada em configurações unidimensionais por meio de preferências de pico único), apesar de demasiadamente enfatizada pela primeira geração, não obteve respaldo empírico nas políticas dos Congressos. Não foi constatada a ocorrência da regra da maioria cíclica em sistemas que utilizavam o método de Condorcet. Segundo, os modelos criados nesta geração não incorporavam questões substantivas fundamentais do processo e estrutura legislativa, tais como o sistema de comissões, bicameralismo e procedimentos parlamentares. Terceiro, estes teóricos não reconheciam a influência de estruturas informais no Congresso como aquelas providas por partidos políticos, líderes institucionais e normas da casa. Desta forma, os membros do partido majoritário eram

---

<sup>8</sup> Conforme apontam Shepsle and Weingast (1994), Arrow, Black, Buchanan and Tullock seriam os referidos pioneiros na utilização da teoria da escolha racional na análise institucional.

tratados enquanto uma dentre inúmeras possibilidades de coalizões vencedoras. Quarto, a centralidade da variável distribuição dos ganhos obtidos por meio da cooperação no interior do Congresso (*logrolling, trade voting e pork barrel*, por exemplo) desviou a atenção dos pesquisadores de assuntos igualmente relevantes, tais como, por exemplo, o processo de debate e deliberação (Shepsle e Weingast, 1994).

A segunda geração, por sua vez, buscou enriquecer o conteúdo institucional na aplicação da teoria da escolha racional nos estudos legislativos. Por meio da representação espacial e da perspectiva de políticas distributivas, esta literatura sugeriu formas nas quais a estrutura institucional canalizava as demandas particulares dos legisladores. Mais precisamente, argumentou-se a existência de um equilíbrio induzido pela estrutura institucional (fundamentalmente o sistema de comissões parlamentares e as restrições procedimentais à votação) capaz de atenuar ou até mesmo evitar as votações cíclicas esperadas na teorização da primeira geração. Esta estrutura institucional é precisamente o sistema de comissões, a formulação da agenda política (*agenda setting*), votações seqüenciais (*sequential voting*) e regras restritivas a proposição de políticas (*restrictive rules*). Assim, os modelos criados na segunda geração enfatizaram a política de distribuição não como um resultado apenas advindo da regra da maioria, mas sim enquanto um jogo contínuo de interações estratégicas jogadas em um contexto permeado por arranjos estruturais e procedimentais (Shepsle e Weingast, 1994).

Apesar dos avanços e complementações elaboradas pela segunda geração, alguns desafios centrais perduraram até o final dos anos 80. A terceira geração, ao incorporar modelos de informação incompleta, redefiniu, por exemplo, o papel das comissões

enquanto agências especializadas e, portanto, capazes de coletar e revelar importantes informações, qualificando as decisões dos congressistas. Assim, as comissões passam a ser entendidas como estruturas que vão além da definição assimétrica da agenda legislativa (poder de agenda) no jogo distributivo entre os congressistas. Em suma, os partidos políticos renascem na teorização acerca das soluções encontradas no Congresso para superar dilemas coletivos frente ao espírito particularista e paroquial do legislador, assim como os líderes partidários são concebidos enquanto agentes responsáveis pela coordenação da atividade partidária no interior do Congresso Nacional (Shepsle and Weingast, 1994).

Deste modo, com o advento da chamada terceira geração, os anos 90 marcaram o ressurgimento, na literatura norte-americana, dos partidos políticos enquanto atores centrais do processo político legislativo. Fatores como disciplina partidária, ideologia dos partidos políticos, coesão partidária, *party government* e desenho das comissões parlamentares emergem enquanto explicações e conclusões advindas da análise das votações nominais (*roll-call voting*) e desenho institucional do Congresso Nacional norte-americano (ver, por exemplo, Poole and Daniels, 1985; Cox and McCubbins, 1991; Rohde, 1991, 1994; Aldrich, 1995; Poole and Rosenthal, 1991; Gerring, 1997; Aldrich and Rohde, 2000, Hager and Talbert, 2000; Cox and Poole, 2002).

Com relação ao apontamento da ideologia partidária enquanto elemento explicativo das votações nominais do Congresso norte-americano destaca-se o trabalho de Poole e Rosenthal (1997). Contrariando a consolidada idéia de que os interesses locais do eleitorado dos congressistas norte-americanos é a influência dominante na formação das

preferências dos mesmos (ver Mayhew, 1974 e Fiorina, 1974, 1989; por exemplo), Poole e Rosenthal (1997) sustentam que a disposição dos legisladores na dimensão ideológica liberal-conservador é capaz de explicar parte significativa das votações nominais do Congresso dos Estados Unidos.

As teorias calcadas na influência partidária (*partisan theories*) defendem que os partidos políticos são capazes de exercer uma influência significativa no comportamento dos congressistas e nos resultados políticos provenientes do Congresso (Hurwitz, Moiles and Rohde, 2001). Muitos destes estudiosos concluem que resultados eleitorais são a variável fundamental na determinação dos alinhamentos políticos que, por sua vez, determinam o papel das instituições partidárias e resultados políticos<sup>9</sup>. Por exemplo, Rohde (1991) argumenta a existência de uma influência exógena na elevação dos índices de partidarismo na Câmara dos Deputados dos EUA durante os anos 80: a mudança na arena eleitoral. A reforma eleitoral ocorrida durante os anos 70 impactou a formação de coalizões eleitorais, cada vez mais similares dentro dos partidos e distintas fora deles. Assim, os partidos políticos no Congresso obtiveram configurações mais homogêneas no que diz respeito às preferências políticas, elevando o *party voting* (Rohde, 1991). Esta teoria foi rotulada como “*conditional party government*”, uma vez que sua aplicação está restrita aos casos em que há polarização partidária. Nestes casos, o partido majoritário se organiza com o intuito de controlar a agenda, posicionando as escolhas políticas próximas à preferência mediana do partido. Isto é possível em virtude das significativas vantagens institucionais que o partido majoritário possui na *House of Representatives*,

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar que outras variáveis como as estratégias das lideranças partidárias também desempenham um papel explicativo relevante nesta literatura (Smith, 2000).

conferindo-lhe habilidades para moldar as regras do jogo apenas constrangidas por alguns procedimentos especificados na Constituição (Smith, 2000).

Outro importante estudo calcado na influência partidária foi realizado por Cox and McCubbins (1993), cujo argumento central é a existência de interesses comuns entre legisladores do mesmo partido, ainda que haja alguma diferença substantiva entre as preferências dos mesmos. Basicamente, os líderes partidários aumentam a eficiência do partido político construir um histórico partidário (*party record*) eleitoralmente favorável, motivando os congressistas a concederem recursos e poderes especiais aos líderes de seus partidos (Cox and McCubbins, 1993).

Dentro deste intenso debate acerca do ressurgimento dos partidos políticos no Legislativo estadunidense, destaca-se a crítica metodológica elaborada por Krehbiel (1999 e 2000). Por meio de modelos espaciais, Krehbiel argumenta basicamente que, apesar das mensurações do *partisanship* gozarem de suporte empírico, a teoria da influência partidária não pode ser refutada e, por conseguinte, não possui um caráter científico (Krehbiel, 1999, p. 44). Em outras palavras, o chamado *party voting* ocorre mesmo quando todos os legisladores ignoram completamente suas identidades partidárias. Não há, na visão do autor, a possibilidade de se distinguir uma votação partidária de uma votação não-partidária<sup>10</sup> (Krehbiel, 1999).

Desde uma perspectiva ampla, o debate na literatura norte-americana sobre os determinantes dos votos dos congressistas pode ser dividido didaticamente entre duas

---

<sup>10</sup> Vale lembrar que os modelos espaciais produzidos por Krehbiel (1999) nesta argumentação são estruturados para um sistema bipartidário como o norte-americano, possuindo, portanto, uma clara especificidade.

formas centrais de influência nas decisões dos congressistas, uma externa e a outra interna (Smith, 2000). As influências externas, consideradas as formadoras da preferência do legislador propriamente dita, giram em torno das variáveis: eleitorado, contribuição de campanha e demandas de grupos de interesses. As influências internas, por sua vez, concentram-se na influência partidária (geralmente via líderes partidários) e o papel das comissões parlamentares (Smith, 2000).

A tabela 1 abaixo busca visualizar de maneira didática o conjunto dos estudos citados acima, determinando as principais variáveis explicativas presentes nos mesmos.

**Tabela1. Variáveis explicativas do voto do congressista nas políticas públicas.**

<b>Variáveis Independentes</b>	<b>Principais Fatores</b>	<b>Variável Dependente</b>
Influências Exógenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eleitorado</li> <li>• Contribuições de Campanha</li> <li>• Grupos de Interesse</li> <li>• Condições Macroeconômicas do Distrito Eleitoral</li> </ul>	Voto do Congressista
Influências Endógenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissões Parlamentares</li> <li>• Partidos Políticos (fundamentalmente via líderes partidários).</li> </ul>	Voto do Congressista

Fonte: Elaborada pelo autor.

No caso da literatura que aborda países latino-americanos enquanto objeto de estudo, podemos citar os trabalhos de Figueiredo e Limongi (1999) e Londregan (2000) como exemplos muito próximos à tendência apontada pela terceira geração. Nestes estudos, a constatação da existência de disciplina partidária e influência ideológica dos partidos políticos nas votações nominais da Câmara dos Deputados do Brasil<sup>11</sup> e Senado chileno

<sup>11</sup> Para uma análise da influência da ideologia dos partidos políticos brasileiros no voto dos deputados federais, ver também Leoni (2002).

os conduzem à direção muito similar à literatura da terceira geração norte-americana citada.

### **1.1 Partidos Políticos, Legislativo, Executivo e Política Externa.**

Além do ressurgimento dos partidos políticos, os anos 90 também trouxeram outro ressurgimento significativo na literatura norte-americana: o Congresso Nacional enquanto importante arena decisória em temas de política externa e defesa nacional<sup>12</sup>. De maneira geral, é possível identificar duas grandes perspectivas argumentativas na literatura em relação à atuação do Congresso Nacional na formulação da política externa: a primeira advoga a preponderância do Poder Executivo frente a um Congresso pouco ou nada assertivo em política externa, enquanto a segunda posiciona o Congresso tão atuante em política externa quanto no âmbito doméstico.

Um dos argumentos centrais da primeira perspectiva é a percepção de que o Presidente obterá sempre um maior espaço de atuação em assuntos internacionais se comparado aos assuntos domésticos. Esta postulação ficou conhecida como *two presidents thesis*, ou seja, haveria um presidente imperante na condução da política externa norte-americana e outro fortemente constringido por um poderoso Congresso nos assuntos domésticos (Lindsay and Ripley, 1992).

Desta forma, ideologia e partidos políticos influenciariam de maneira determinante apenas as políticas circunscritas no âmbito doméstico (Wildavsky, 1969; Edwards, 1989;

---

<sup>12</sup> Ver RIPLEY, Randall and LINDSAY, James (ed.). *Congress resurgent: Foreign and Defense Policy on Capitol Hill*. The University of Michigan Press, 1993.

Bond and Fleisher, 1990<sup>13</sup>; Ragsdale, 1995). Ademais, alguns estudos clássicos apontavam para uma relativa harmonia entre os poderes Executivo e Legislativo na formulação da política externa derivada do constante apoio do Congresso às políticas do presidente<sup>14</sup> (Dahl, 1950; Clausen, 1973 *apud* McCormick and Wittkopf, 1992). A este constante apoio a literatura denominou *bipartisanship*, caracterizado pela ação conjunta do Congresso e Executivo na busca de objetivos comuns, mesmo que eventualmente surja algum conflito de interesse. Assim, *bipartisanship* possui essencialmente dois elementos: unidade em assuntos externos, ou seja, suporte político pelas majorias dos dois partidos políticos norte-americanos e práticas e procedimentos tomados com o intuito de atingir a desejada unidade (McCormick and Wittkopf, 1990).

A posse de poderes formais na condução da política externa que lhe é negada nos assuntos domésticos é uma das principais explicações cunhadas por esta literatura para justificar a preponderância do presidente. A constituição norte-americana posiciona o presidente enquanto o comandante em chefe da nação, posição que não existe no âmbito doméstico (Lindsay, 1994). Ao longo dos tempos, o presidente foi capaz de transformar a cláusula “comandante em chefe” em uma fonte independente de autoridade nos assuntos estrangeiros (Adler, 1988). A dificuldade de um parlamentar atuante em temas de política externa obter a sua reeleição e a maior capacidade técnica e operacional que possui o poder Executivo e suas agências para conduzir a complexa relação exterior dos Estados

---

<sup>13</sup> Vale ressaltar que os achados de Bond and Fleisher (1990) indicam que apenas os presidentes Republicanos possuem um significativo apoio congressional nas áreas de política externa e defesa nacional.

<sup>14</sup> Kegley and Wittkopf (1995) afirmam que o período pós-II Guerra Mundial foi marcado por um significativo consenso entre o Congresso e o Poder Executivo na delimitação de uma política externa marcada pelo internacionalismo e a contenção do comunismo e da União Soviética na política exterior norte-americana.

Unidos são algumas das outras explicações frequentemente oferecidas para a predominância do presidente no tema (Kegley & Wittkopf, 1995).

Ainda nesta mesma perspectiva assinalada anteriormente, mas agora focando na literatura latino-americana, Lima e Santos (2001) elaboraram um estudo acerca do caso brasileiro cuja argumentação central é a abdicação de autoridade do Congresso para o Executivo no processo decisório da política exterior brasileira. Os autores, através de um modelo espacial unidimensional, argumentam que as posições do Presidente, de iniciador da política, e a do Congresso, de ratificador *ex post facto*, geram um equilíbrio em que o legislador mediano é obrigado a acatar as políticas negociadas pelo Executivo nos fóruns internacionais em função do cálculo do custo político de rejeitá-las. Este seria o caso da política de abertura comercial ocorrida no Brasil no início da década de 90. De um modo geral, ainda que faltem estudos empíricos na área, a literatura latino-americana especializada no tema tende a avaliar como débil a participação do Congresso em questões internacionais (Stuhldreher, 2003).

Os principais motivos da baixa assertividade dos Congressos Latino-americanos na formulação da política externa apontados pela literatura são a alta concentração de poder na presidência da República, a carência de instrumentos institucionais e falta de expertise dos congressistas, assim como o baixo retorno eleitoral (Lima e Santos, 2001; Santos, 2006; Oliveira, 2003, 2005).

A péssima repercussão da Guerra do Vietnã frente a opinião pública estadunidense foi apontada como um marco para o fortalecimento dos canais de participação direta do

Congresso Nacional na condução da política externa<sup>15</sup> (Meernik, 1993; Ripley and Lindsay, 1993; Lindsay, 1994, 2003). É este o ponto de partida de boa parte da literatura que chamamos de segunda perspectiva. Além do negativo efeito colateral da Guerra do Vietnã, no início dos anos 90, o fim da Guerra Fria reduziu os incentivos para a manutenção de uma aparente unidade na condução da política externa estadunidense, diluindo a tradicional diferença entre política doméstica e externa (Conley, 1999).

Conforme Lindsay (1994), três fatores apontam para esta tendência pós-Guerra Fria: diminuição dos custos eleitorais de se contrapor à política externa do presidente, a interdependência global diluiu a linha que separa a política doméstica da externa e o distanciamento entre os extensos compromissos norte-americanos no exterior e a crescente diminuição de recursos disponíveis<sup>16</sup>. Conforme Warburg (1989) sustenta, reformas institucionais ocorridas no Congresso norte-americano durante os anos 70 (pós-Guerra do Vietnã) transformaram o ambiente institucional do Congresso menos propenso a proteger as prioridades do Presidente em política externa da oposição de congressistas. Assim, mudanças institucionais no Congresso também compõem a gama de explicações ofertadas pela literatura para o fim do *bipartisanship* na política exterior norte-americana. Prins and Marshall (2001) argumentam que os temas da política externa (issues) exercem grande influência no nível de apoio do Congresso ao Executivo. Assim, a depender do tema em questão (*high politics* ou *low politics*, por exemplo) há uma significativa variação do apoio congressional ao Presidente. Finalmente, Fleisher, Bond, Krutz and

---

<sup>15</sup> Faz-se necessário salientar que alguns estudiosos apontam para uma participação relevante do Congresso Nacional e partidos políticos já desde o início da Guerra Fria (ver, por exemplo, McCormick and Wittkopf, 1990 e Fordham, 1998).

<sup>16</sup> Como apontam Prins and Marshall (2001), esta maior assertividade legislativa em política externa fez com que o Presidente Clinton, em 1993, tenha publicamente exclamado: “*Gosh, I miss the Cold War*”.

Hanna (2000) demonstram que condições estruturais da política internacional também influenciam o nível de consenso entre Legislativo e Executivo<sup>17</sup>.

Perseguindo esta linha argumentativa acerca da assertividade do Poder Legislativo na condução da política externa, Lisa Martin (2000) desenvolve a tese cujo ponto central é a capacidade dos legisladores influenciarem os resultados da política externa mesmo quando há uma situação de delegação de poderes do Legislativo ao Executivo. A autora argumenta que, em um ambiente internacional anárquico, a institucionalização da participação legislativa na cooperação internacional amplia a credibilidade dos compromissos firmados entre os Estados, tornando a cooperação internacional mais estável e profunda. Este fator atribuiria um elevado grau de importância para a atuação legislativa no tema<sup>18</sup>, uma vez que uma tentativa do Poder Executivo diminuir a capacidade de influência do Legislativo nas negociações internacionais acarretaria em uma perda de credibilidade frente à outra parte negociante. Ao ignorar as preferências dos legisladores no processo de negociação de um acordo, o Executivo torna-se incapaz de oferecer garantias de implementação do mesmo. Por tal motivo, Martin (2000) rechaça a tese da abdicação dos poderes formais e informais do Legislativo na condução da política exterior.

Ademais, ainda segundo Martin (2000), o posicionamento dos legisladores nas políticas públicas em geral, incluindo a política externa é central para a reeleição dos mesmos,

---

<sup>17</sup> Sobre a influência temática e da mídia na formulação da agenda de política externa do presidente no sistema político norte-americano, ver Wood and Peake (1998).

<sup>18</sup> Oliveira (2003) aponta outras três vantagens da atuação do Poder Legislativo na política externa: a descentralização decisória diminui a possibilidade de se formular políticas equivocadas, a ampliação dos constrangimentos institucionais, via Legislativo, pode funcionar como instrumento de barganha no plano internacional e a produção de informações por parte do Legislativo.

diminuindo a possibilidade de abdicação dos primeiros. Portanto, o desinteresse dos legisladores no tema é uma hipótese descartada pela autora. Para compreender o papel do Legislativo na determinação da política externa seria necessário olhar para além das ações concretizadas pelo mesmo (por exemplo, uma eventual não aprovação de um acordo firmado pelo Executivo), privilegiando a análise da relação entre as preferências dos legisladores e os resultados da política externa efetivamente (Neves, 2003).

A constatação de um Congresso mais atuante no início dos anos 90 produziu um significativo impacto na literatura especializada. Diversos estudos empíricos constataram a influência da filiação partidária, ideologia e interesses econômicos especiais nas decisões dos congressistas em temas de política externa em geral, predominando aqueles cujo foco é a política comercial mais especificamente<sup>19</sup> (McCormick and Wittkopf, 1992; O'Halloran, 1993; Epstein and O'Halloran, 1996; Kahane, 1996; Wink, Livingston and Garand, 1996; McGillivray, 1997; Fordham, 1998; Gartzke and Wrighton, 1998; Conley, 1999; Baldwin and Magee, 2000; Bardwell, 2000; Fordham and McKeown, 2003; Xie, 2004; Delaet and Scott, 2006). Assim, contradizendo a primeira perspectiva argumentativa, ideologia dos congressistas, eleitorado (*constituency*), influência partidária e interesses econômicos organizados tornam-se importantes variáveis explicativas dos resultados da política externa e comercial norte-americana.

McCormick, Wittkopf and Danna (1997), por exemplo, mostram que o partidarismo exerceu grande influência nas votações nominais de política externa do Congresso norte-

---

<sup>19</sup> Para uma visão que minimiza o impacto dos constituintes e da ideologia dos congressistas em temas de política comercial nos EUA, ver Biglaiser, Jackson and Peake, 2004. De acordo com os autores, a depender do partido político do Presidente a relevância das variáveis eleitorado e ideologia dos congressistas pode perder importância, fundamentalmente entre os deputados republicanos.

americano durante a administração do presidente Bush e o primeiro mandato de Clinton. Wittkopf and McCormick (1998) observam um grau de apoio muito menor do Congresso à política externa do presidente no período pós Guerra – Fria, apontando como principal motivo as distintas preferências ideológicas dos congressistas. Na política comercial, por exemplo, Baldwin and Magee (2000) também encontram forte influência da ideologia dos congressistas nas votações sobre a aprovação do NAFTA e GATT e a reprovação da delegação do Fast-Track em 1998. O eleitorado (*constituency*) é outra variável influente na decisão dos congressistas em política externa presente na literatura norte-americana. A opinião pública frente a eventos repercutidos na mídia exerceria grande influência na formação das preferências dos legisladores (Lindsay, 1994).

Do ponto de vista da política comparada, ultrapassando a fronteira do caso norte-americano, constatamos uma interessante produção acadêmica cuja averiguação empírica correlaciona positivamente ideologia partidária e preferência dos legisladores em política externa, inserindo-se no que chamamos de segunda perspectiva (ver Thérien and Noel, 2000; Marks, Hooghe, Nelson and Edwards, 2006). Por exemplo, Milner e Judkins (2004) examinam o posicionamento dos partidos políticos em temas de política comercial em 25 países desenvolvidos (a maioria da OCDE) entre 1945 e 1998. O argumento central desse estudo é a existência de um forte impacto do posicionamento dos partidos políticos, em uma escala ideológica unidimensional direita-esquerda, nas posições tomadas pelos políticos e legisladores dos mesmos em temas de política comercial. Ademais, na amostra desse estudo, os partidos de esquerda tenderam a favorecer o livre-comércio enquanto os de direita se posicionaram contra (Milner and Judkins, 2004).

No que tange a política comercial mais especificamente, há uma vasta produção acadêmica cujos resultados posicionam, além da ideologia dos legisladores, distintas variáveis institucionais e econômicas que influenciam os resultados políticos. Por exemplo, Fiona McGillivray (1997) desenvolve uma teoria relacionando os níveis de disciplina partidária e o nível de proteção econômica advinda de Legislativos com sistema eleitoral majoritário uninominal (*single-member districts*). Rogowski (1987) sustenta que *policy-makers* em países com sistemas de representação proporcional com distritos de grande magnitude encontram-se mais isolados de pressões protecionistas advindas da sociedade. Nos sistemas majoritários, ao contrário, o tomador de decisão situa-se mais exposto a pressões protecionistas<sup>20</sup>.

No que se refere à influência do Legislativo e partidos políticos latino-americanos na formulação da política externa, constata-se uma quase ausência de estudos empíricos sistemáticos, especialmente desde uma perspectiva comparada. Enquanto exceção podemos citar o trabalho de Randall Parish (2004). Nele, o autor produz um modelo com diversas variáveis sistêmicas, institucionais e econômicas para testar a significância das mesmas na formulação da política externa de cooperação de diversos países Latino-Americanos. Dentre elas, destacaria a variável sistema partidário. Sistemas partidários com partidos políticos fortes, caracterizados por altos índices de disciplina partidária, estabilidade eleitoral, representam constituintes em nível nacional, assim como os Poderes Executivos<sup>21</sup>. Isto conduz o Legislativo a cooperar com o Executivo na política

---

<sup>20</sup> Para uma visão contrária à da influência do sistema eleitoral nos resultados da política comercial, ver Karol (2003).

<sup>21</sup> Aqui o autor faz referência implícita à teoria de que o Poder Executivo, por prestar contas ao eleitorado em nível nacional, privilegia políticas que beneficiem o bem-estar geral. Na literatura norte-americana isto se traduz por defender o liberalismo comercial. Em contra partida, os legisladores beneficiariam interesses

exterior de cooperação internacional. O contrário ocorre em sistemas partidários fragmentados e indisciplinados, cujo legislador possui poucos incentivos a apoiar prioridades nacionais sobre interesses paroquiais na equação eleitoral (Parish, 2004).

Há na literatura latino-americana especializada a percepção de que o processo de abertura comercial dos anos 90, comum a grande parte dos países do subcontinente, cria uma tendência ao aumento da participação dos Congressos Nacionais em temas de política externa (Onuki e Oliveira, 2006). A internacionalização da agenda doméstica e a incidência desigual dos custos e benefícios na sociedade advinda da abertura comercial (consequências distributivas) estão entre os principais motivos para o apontamento desta tendência (Lima, 2000). Os casos mexicano (Mena, 2004), argentino (Stuhldreher, 2003) e brasileiro (Santos, 2006) são exemplos que sustentariam esta idéia.

Um importante aspecto a ser ressaltado é que, independentemente da ampliação ou não da atuação dos Congressos Nacionais Latino-Americanos na política externa, o poder de ratificar os acordos e tratados internacionais, comum a boa parte dos Legislativos do continente (Alcântara, 2001), é um elemento suficiente para a identificação destes enquanto *veto players*<sup>22</sup> do processo decisório de política externa. Neste sentido, é extremamente importante realizar estudos empíricos que auxiliem na construção de um

---

localizados (notadamente protecionistas) pelo fato de serem responsivos a um eleitorado local (Milner and Rosendorf, 1997).

<sup>22</sup> Segundo George Tsebelis, “um *veto player* é um ator individual ou coletivo cuja concordância (pela regra da maioria no caso dos atores coletivos) é requerida para tomar a decisão de mudar uma política” (Tsebelis, 1997). Ainda segundo o mesmo autor, dois tipos distintos de *veto players* podem ser delineados: os *veto players* institucionais e os *veto players* partidários. Os primeiros se caracterizam por serem especificados pela constituição, isto é, um ator institucional apenas será considerado um *veto player* caso possua um poder de veto formalmente garantido. Os segundos distinguem-se por serem os partidos que integram uma coalizão de governo (Tsebelis, 1997).

modelo explicativo dos votos dos congressistas latino-americanos em temas de política externa.

Ao analisar os estudos empíricos presentes na segunda perspectiva argumentativa aqui apontada, observamos a predominância de três fatores centrais na explicação dos votos dos congressistas norte-americanos: 1- A influência da ideologia do partido político do congressista; 2 - A influência do eleitorado do distrito do congressista (*constituency*); 3 – A influência de interesses econômicos especiais ligados ao congressista. Na presente dissertação, pretendemos testar a primeira hipótese citada para o caso da Câmara dos Deputados do Chile em temas de política externa. Portanto, a pergunta aqui a ser respondida é: **Há correlação entre o posicionamento no espectro político-ideológico dos partidos dos deputados chilenos e seus respectivos votos em temas de política externa?** No capítulo seguinte discutiremos a metodologia empregada para responder a pergunta acima.

## **CAPÍTULO 2. – METODOLOGIA.**

A utilização de modelos espaciais é uma importante ferramenta cada vez mais utilizada na análise de votações nominais nos poderes legislativos. Intuitivamente, nestes modelos o ponto ideal de cada legislador é representado por um ponto no espaço euclidiano, e cada votação é representada por dois pontos, um para sim e outro para não. Em cada votação, o legislador vota pelo resultado mais próximo ao seu ponto, ao menos probabilisticamente. O conjunto destes pontos conforma um mapa espacial que resume as votações nominais (Poole, 2005).

A localização dos pontos (legisladores) pode ser fundamentalmente em um contínuo da esquerda política à direita política ou talvez necessite uma representação um pouco mais complexa, uma segunda dimensão. Por exemplo, suponhamos que a preferência de um legislador sobre a distribuição de renda seja perfeitamente representada pelo contínuo esquerda – direita. Entretanto, simultaneamente, seria necessário uma segunda dimensão, religiosa-secular, por exemplo, para representar a preferência do legislador em relação à legalização do aborto. Há, portanto, a possibilidade de um deputado da democracia cristã, por exemplo, ser favorável a elevação progressiva do imposto de renda e contrário a legalização do aborto, ou qualquer combinação que envolva mais de uma dimensão.

Mais formalmente, considera-se que um conjunto de “n” legisladores  $N = \{1, 2, \dots, n\}$  se defrontam com “m” votações entre pares de alternativas e devem votar sim ou não para cada alternativa. Cada par de alternativa é uma votação. Assim, no registro da decisão do legislador  $i$  sobre o  $j$ -ésimo item de votação nominal teremos  $V_j^i = \{\text{sim}, \text{não}\}$ ,

localizados no  $R^d$ , em que  $i$  é o legislador considerado,  $j$  o item da votação nominal (par de alternativas) e  $d$  a dimensão do espaço político.

Do ponto de vista comportamental, a teoria espacial pressupõe certo tipo de preferências dos legisladores que determinam a votação do mesmo. Mais especificamente, supõe-se que as preferências têm um ponto de saciedade, isto é, um ponto de máxima utilidade ou ponto ideal e que a função utilidade é estritamente côncava. É a característica de ser estritamente côncava da função utilidade que permite interpretar as dimensões políticas como esquerda-direita, progressista-conservador, religioso-secular e etc.

Obviamente, a operacionalização empírica dessa teoria depende das técnicas estatísticas empregadas. Várias são as técnicas estatísticas desenvolvidas na literatura para estimação de ponto ideal a partir do registro das votações nominais (Heckman e Snyder, 1997; Clinton, Jackman, e Rivers, 2004). O trabalho seminal na literatura é o procedimento desenvolvido por Keith Poole e Howard Rosenthal (Kalandrakis, 2006), NOMINATE (*Nominal Three-Step Estimation*), cuja finalidade é estimar o ponto ideal dos legisladores sobre uma determinada amostra de políticas.

Este método de análise das votações nominais, por ser métrico<sup>23</sup>, permite a estimação de posições multidimensionais para os legisladores e as políticas (Leoni, 2000). Os parâmetros são restringidos em uma hipersfera de raio um (Poole, 2005: 105).

Devemos lembrar também que os votos são sujeitos ao erro. Isto é, considerando as centenas de votos que um legislador faz ao longo de uma legislatura, não é impossível

---

<sup>23</sup> Um espaço métrico é aquele em que podemos medir quantitativamente (e não apenas qualitativamente) a posição espacial dos legisladores.

que aconteçam alguns votos que são inexplicáveis tendo em vista o padrão de atuação do legislador. Por exemplo, em uma votação sobre aborto um legislador liberal acaba por ser contra porque sua filha está pensando em fazer aborto e nesse momento específico ele não que incentivar o procedimento. Por assim dizer, cada legislador tem sua função de erro. Obviamente, cada um desses “erros” não são erros e têm uma explicação, mas não são explicáveis pela função utilidade usual. Dessa forma, o procedimento NOMINATE emprega um modelo probabilístico que viabiliza a utilização dos padrões de erro para recuperar as coordenadas dos resultados políticos, pressupondo que alguns erros são mais prováveis que outros, independentes e igualmente distribuídos entre os legisladores e as políticas (Rosenthal and Voeten, 2004)<sup>24</sup>. Assim, o NOMINATE inclui uma razão de sinal para o ruído (*signal-to-noise ratio*), que mede o quão forte é o componente espacial em relação aos fatores que causam os erros (Leoni, 2000: 24-25).

Resumidamente, o NOMINATE deve ser capaz de estimar os seguintes parâmetros: i) as coordenadas dos pontos ideais dos legisladores para uma dada dimensão política; ii) estimar as coordenadas dos “sim” e “não” numa dada dimensão política e iii) o tamanho típico dos erros. Para tanto, simplificarmente, podemos dizer que é preciso estimar, dadas as votações observadas, quais valores para os parâmetros maximizam a probabilidade de produzir os dados observados. Em outras palavras, deve ser empregado

---

<sup>24</sup> Apesar de outros modelos de estimação diferirem quanto à escolha da distribuição dos erros (logística, uniforme ou normal), todos eles pressupõem que os erros são independentes e identicamente distribuídos (Rosenthal and Voeten, 2004). Segundo Rosenthal and Voeten (2004), em legislaturas onde há forte disciplina partidária e grande variabilidade no grau de fidelidade partidária entre os partidos políticos, os modelos paramétricos de estimação, como o Nominat, pode haver violação do pressuposto da distribuição independente e igual dos erros.

um método de estimação por máxima verossimilhança<sup>25</sup>, que é resumidamente o que o NOMINATE faz.

Como o número de parâmetros a estimar é muito alto, ao invés de simplesmente estimar por máxima verossimilhança, inicia-se a partir de uma dada localização inicial dos parâmetros e então realizam-se passos que melhoram as estimativas, até atingir a máxima probabilidade de que os parâmetros atingidos ao final desse processo iterativo gerem os votos observados.

Na prática, o procedimento NOMINATE consegue resolver o problema de como determinar, a partir apenas do registro dos votos “sim” e “não” dos legisladores qual o ponto ideal de forma precisa, isto é, com uma medição espacial para cada legislador. Essa técnica de estimação determina quantas dimensões – padrões - relevantes existem ou, mais precisamente, qual a capacidade explicativa de cada dimensão. Em outras palavras, podemos comparar o sucesso do modelo com uma dimensão em capturar o comportamento do legislador com o sucesso do modelo com duas dimensões, três etc. Esse é um aspecto relevante do modelo, pois permite avaliar a capacidade de ajuste (*fit*) do modelo aos dados e quantas variáveis (dimensões) são relevantes para explicar as votações observadas.

---

<sup>25</sup> Para uma base de dados amostral que se distribui normalmente (pressuposto do Nominat), a técnica da máxima verossimilhança identifica os valores dos parâmetros do modelo matemático que apresentam uma maior verossimilhança em relação aos dados. Em outras palavras, é uma técnica que seleciona os valores dos parâmetros da amostra que melhor se “encaixam” na população que a amostra representa. Quando se pressupõe que os dados da amostra são uniformemente distribuídos, a estimação da máxima verossimilhança coincide com a estimação dos valores mais prováveis, ou seja, selecionam-se aqueles valores dos parâmetros dos dados cuja probabilidade de ocorrência é a maior possível (Aldrich, 1997).

Deve ser observado, contudo, que a técnica estatística em si não é capaz de fornecer o significado substantivo das dimensões encontradas. Mais especificamente, o procedimento NOMINATE requer que o analista informe como ponto de referência um legislador considerado extremado em alguma dimensão relevante. Usualmente, seguindo a prescrição da teoria, informa-se a posição do legislador extremado em que há maior consenso sobre a posição ideológica do ator em questão, isto é, dentro do espectro esquerda-direita.

Assim, a primeira dimensão estimada pela metodologia toma como base a existência desse legislador e, portanto, tem o significado substantivo referenciado nessa informação fornecida pelo analista e que deve ser confirmada por meio da análise da disposição espacial resultante ou de outras técnicas estatísticas (Leoni, 2000; 6). Razão pela qual a interpretação substantiva da primeira dimensão é usualmente ideologia, enquanto que demais dimensões que por ventura sejam relevantes exigirão análises interpretativas por parte do analista (conservador vs liberal, nacionalista vs internacionalista, do norte vs do sul, governo vs oposição etc.). Do ponto de vista gráfico, o NOMINATE produz um mapa espacial contendo o ponto ideal estimado de cada legislador e permite visualizar a existência ou não de padrões nas votações de forma intuitiva.

Dada a relevância que a estimação empírica dos pontos ideais dos legisladores (via votações nominais) assumiu nos estudos legislativos, uma substantiva literatura preocupou-se com os aspectos metodológicos envolvendo a estimação de pontos ideais. É justamente desta literatura que destacamos o trabalho de Londregan (2000), cuja

proposição metodológica de estimação dos pontos ideais dos legisladores estabelece uma interessante crítica ao Nominante.

A principal característica do modelo de estimação de Londregan (2000) é a inclusão do posicionamento das propostas alternativas ao *status quo* no mapa espacial. O autor agrega um elemento de valência (*valance*) às propostas legislativas, algo que considere, por exemplo, a eficiência da mesma, os baixos custos ou até mesmo mais vidas salvas. As propostas legislativas, assim como o *status quo*, possuem uma variação em seu nível de valência, desta forma, uma política que se mova moderadamente para a direita, por exemplo, pode receber um amplo apoio na medida em que possui uma alta valência ou porque simplesmente o *status quo*, comparado a política em questão, está situado muito a esquerda, conduzindo a política para o ponto mediano do espectro (Londregan, 2000: 42).

No modelo de Londregan (2000), as utilidades individuais estão sujeitas a choques aleatórios, sustentando a argumentação de que a identificação dos pontos ideais pode ser prejudicada pela ausência de restrições na distribuição das alternativas legislativas a serem consideradas pelos legisladores. Ademais, o autor afirma que a utilização de apenas votações nominais no modelo pode tornar inconsistentes os resultados do mesmo. O aprimoramento das fontes de informação, essencialmente acerca da estrutura de formação da agenda, é um passo essencial para o aprimoramento dos modelos de estimação dos pontos ideais (Kalandrakis, 2006).

A principal crítica de Londregan (2000) ao Nominante reside no fato do último não utilizar em sua estimação um parâmetro que restrinja as alternativas a serem apreciadas pelos

legisladores<sup>26</sup>. Cada proposição legislativa é posta sob votação apenas uma vez. Suponhamos duas propostas onde cada uma recebe o apoio do mesmo grupo de votantes “sim” e que este posicionamento coincida com a oposição da mesma coalizão de votantes “não”, neste caso ambas as localizações de ambos os grupos seriam estimadas identicamente. Em outras palavras, o modelo Nominat possui consistência quando analisadas legislaturas com mais de 100 legisladores votando, além de um número grande de votações nominais. Neste caso, conforme revela o teste de Monte Carlo<sup>27</sup>, o Nominat exibe uma estimação muito pouco enviesada. Neste sentido, a técnica de estimação de Londregan (2000) é mais apropriada para a análise de pequenas legislaturas ou as votações no interior das comissões legislativas<sup>28</sup> (Londregan, 2000: 42).

Como poderá ser observada na seção seguinte, na amostra do presente estudo cada legislatura analisada apresenta mais de 100 legisladores e uma quantidade significativa de votações nominais, diminuindo a possibilidade dos resultados encontrados estarem enviesados. Complementariamente, apesar das críticas elaboradas por Londregan, esta técnica de estimação segue sendo largamente utilizada em diversos estudos recentes das votações nominais.

---

<sup>26</sup> Londregan (2000) denomina este tipo de método de estimação “agnóstica”.

<sup>27</sup> O teste de Monte Carlo é um tipo de algoritmo computacional (seqüência de procedimentos computacionais) muito utilizado para medir a robustez de um método matemático aplicado a n grandes. Intuitivamente, o teste faz repetidas simulações numéricas aleatórias com os dados, possibilitando identificar o grau de confiabilidade nos resultados atingidos pelo método. Ao realizar simulações aleatórias, o teste de Monte Carlo verifica a possibilidade dos resultados estarem enviesados.

<sup>28</sup> No livro *Legislative Institutions in Chile*, Londregan (2000) aplica seu método de estimação de pontos ideais a comissões legislativas do Senado chileno.

## 2.1 A amostra.

A variável dependente da pesquisa são as votações nominais dos deputados chilenos em temas de política externa. O posicionamento dos partidos políticos no espectro político ideológico direita-esquerda é, de acordo com a hipótese do trabalho, a principal variável independente. Analisar qual a capacidade preditiva desta variável (ideologia partidária) bem como o número de dimensões adicionais explicativos do voto parlamentar é, precisamente, o objetivo da pesquisa.

No que diz respeito à variável dependente, foram incluídas nesta pesquisa todas as votações nominais dos deputados chilenos em temas de política externa durante as legislaturas 1994-1998, 1998-2002 e 2002-2006, totalizando 367 votações<sup>29</sup>. As votações em que o lado minoritário não ultrapassou 2% foram excluídas<sup>30</sup>, assim como os deputados que não participaram ao menos de 10 votações (*cut off criterium*). Segue abaixo tabela com os respectivos valores para cada Legislatura.

**Tabela 2. Totais de votações nominais e deputados incluídos na análise por Legislatura.**

<b>Legislatura</b>	<b>Deputados</b>	<b>Deputados Incluídos</b>	<b>Votações Nominais</b>	<b>Votações Nominais Incluídas</b>
1994-1998	120	119	95	53
1998-2002	120	120	115	48
2002-2006	120	118	157	36 <sup>31</sup>

Fonte: Elaborada pelo autor.

<sup>29</sup> As votações da Legislatura 2002-2006 foram obtidas por meio do sítio virtual da Câmara dos Deputados do Chile ([www.camara.cl](http://www.camara.cl)). Já as votações das Legislaturas 1994-1998 e 1998-2002 foram obtidas por meio dos boletins de sessões presentes na filial da Biblioteca del Congreso Nacional em Santiago (a sede principal do Congresso Nacional é Valparaíso).

<sup>30</sup> É importante ressaltar que o NOMINATE apenas considera os votos “sim” e “não”, incluindo as abstenções como “não votou”.

<sup>31</sup> Este baixo número se deve ao fato da grande maioria das votações referentes à concessão de cidadania e acordos e tratados internacionais de cooperação oferecerem um baixo ou nulo custo à sua aprovação.

Foram classificadas como votações de política externa aquelas que se referiam a tratados e acordos internacionais assinados com países estrangeiros e organizações internacionais, política comercial, ações diretas em assuntos internacionais, medidas referentes ao funcionamento do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e suas representações diplomáticas e concessões extraordinárias de cidadania chilena a estrangeiros.

As ações diretas em política externa significam, mais precisamente, iniciativas legislativas advindas da Câmara dos deputados cujo tema é a política exterior. Nesta classificação estão incluídas também solicitações ao Poder Executivo que envolva o mesmo tema. No que diz respeito aos temas em política comercial foram incluídas nesta classificação tratados de livre-comércio, medidas tarifárias e não tarifárias e acordos bilaterais para proteger os investimentos e evitar a dupla tributação. As tabelas 3, 4 e 5 abaixo expõem os dados mencionados acima por legislatura.

**Tabela 3. Temas das votações em política externa – Câmara dos Deputados (1994-1998).**

<b>Temas</b>	<b>Número de Votações</b>	<b>% do Total</b>
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	34	35,7
Política Comercial	22	23,2
Ações Diretas	21	22,2
Medidas referentes ao MRE	15	15,7
Concessões de cidadania	3	3,2
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados elaborados pelo autor cuja fonte foi a Biblioteca do Congresso Nacional do Chile.

**Tabela 4. Temas das votações em política externa – Câmara dos Deputados (1998-2002).**

<b>Temas</b>	<b>Número de Votações</b>	<b>% do Total</b>
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	54	46,9
Política Comercial	31	26,9
Ações Diretas	25	21,8
Concessões de cidadania	5	4,4
Medidas referentes ao MRE	0	0
<i>Total</i>	<b>115</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados elaborados pelo autor cuja fonte foi a Biblioteca do Congresso Nacional do Chile.

**Tabela 5. Temas das votações em política externa – Câmara dos Deputados (2002-2006).**

<b>Temas</b>	<b>Número de Votações</b>	<b>% do Total</b>
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	65	41,5
Ações Diretas	35	22,4
Política Comercial	34	21,6
Medidas referentes ao MRE	15	9,5
Concessões de cidadania	8	5
<i>Total</i>	<b>157</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do sítio virtual da Câmara dos Deputados do Chile ([www.camara.cl](http://www.camara.cl)).

## **CAP. 3. - O SISTEMA POLÍTICO CHILENO.**

### **3.1 O sistema político chileno**

É extremamente proveitoso delinear algumas das principais características do sistema político chileno, que apesar de revelar muitas similaridades com outros presidencialismos latino-americanos, possui algumas particularidades centrais para o entendimento do mesmo. Assim, descreveremos sucintamente as relações executivo-legislativo, a organização do processo legislativo em torno da mesa e comissões da Câmara de Deputados, o sistema eleitoral e sua influência na formação de coalizões e, finalmente, a coesão interna e o nível de polarização entre os partidos políticos e as coalizões chilenas.

### **3.2 As relações Executivo – Legislativo no Chile.**

A constituição chilena de 1980, elaborada pelo governo autoritário e aprovada em plebiscito nacional, estabeleceu um marco institucional caracterizado por um sistema político amplamente dominado pelo Poder Executivo. Apesar das reformas constitucionais de 1989, 1991, 1994 e 2005<sup>32</sup> terem limitado algumas competências outorgadas ao presidente em 1980, a presidência chilena segue sendo uma das mais poderosas da América Latina<sup>33</sup>, possuindo os meios necessários para controlar o processo legislativo (Siavelis, 2000).

No processo legislativo chileno, o Poder Executivo detém exclusividade na iniciativa legislativa em diversas áreas, controle do processo orçamentário e uma gama de

---

<sup>32</sup> A Constituição chilena de 1980 sofreu inúmeras reformas, entretanto, as assinaladas acima se destacaram por modificar o poder de influência do presidente chileno no sistema político do país.

<sup>33</sup> Shugart and Carey (1992), por exemplo, ressaltam esta predominância do poder Executivo no sistema político chileno classificando-o como “super presidencial”.

urgências e opções de veto que o fazem ser o principal definidor da agenda política (Aninat, Londregan, Navia y Vial, 2004).

Dentre as exclusividades de iniciar uma matéria legislativa, destacam-se: legislação acerca da divisão política e administrativa do Estado, administração financeira, processo orçamentário, impostos, regulações trabalhistas, seguridade social e qualquer legislação relativa às forças armadas. Em suma, qualquer matéria que envolva alocação de novos recursos públicos é de exclusiva iniciativa do Executivo, conferindo a este o poder de agenda sob boa parte da política econômica do país. Toda proposição legislativa com implicações financeiras advindas do Congresso é acompanhada pelo Ministério das Finanças que produz um relatório sobre os impactos orçamentários da peça legislativa. A comissão de finanças públicas de ambas as casas deve rever aqueles artigos contendo implicações financeiras modificados pelo Ministério (Aninat, Londregan, Navia y Vial, 2004).

Adicionalmente, o Congresso não pode aumentar despesas em nenhum item da peça legislativa, podendo apenas reduzir ou rejeitar as despesas públicas propostas pelo Executivo. O estrito controle sob o orçamento permite ao Poder Executivo criar mecanismos de compensação aos congressistas negativamente afetados por uma possível nova legislação, aumentando a probabilidade de sua aprovação (Aninat, Londregan, Navia y Vial, 2004 e Arcaya, 2003). Este seria o caso da aprovação do Acordo de Complementação Econômica entre o Chile e o Mercosul, quando o governo prometeu compensar os agricultores prejudicados pelo mesmo, satisfazendo deputados da coalizão governista responsivos aos interesses destes agricultores.

Além da exclusividade de iniciativa em diversas matérias, o Executivo ainda conta com um poderoso mecanismo para controlar a agenda: o uso das urgências. A urgência é um mecanismo constitucional desenhado para possibilitar ao Executivo “forçar” o voto do Congresso sobre uma iniciativa em um determinado limite de tempo. A *Ley Orgánica Constitucional Del Congreso Nacional* prevê três tipos distintos de urgência que podem ser submetidas a qualquer momento do processo legislativo. A urgência simples requer um limite de 30 dias para cada casa votar a matéria. A suma urgência deve ser votada em 10 dias por cada casa. Finalmente, a iniciativa legislativa com *status* de discussão imediata é votada em 3 dias por cada casa legislativa (Aninat, Londregan, Navia y Vial, 2004).

Apenas a título de exemplo, Siavelis (2000) apresenta um interessante dado a respeito da utilização de urgências no governo do presidente Patricio Aylwin (1990-1994). Segundo o autor, embora seja difícil mensurar este dado, uma vez que o próprio presidente ou ministro pode retirar a urgência da matéria no decorrer do tempo limite estabelecido, estima-se que este recurso, em suas variadas formas, foi utilizado em 60% das matérias enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional (Siavelis, 2000: 207). Este dado indica a importância deste mecanismo constitucional para a agenda legislativa da Presidência da República.

Outra importante fonte de poder do presidente é a habilidade de utilizar uma variedade de vetos sobre proposições legislativas aprovadas no Congresso. O veto parcial (*veto sustitutivo*), por exemplo, habilita o presidente a modificar peças legislativas que já passaram pelo plenário do Congresso, permitindo ao mesmo barganhar sobre uma

matéria cuja preferência do congressista já foi publicamente anunciada. Os elevados custos associados à rejeição do veto presidencial incentiva os legisladores a aproximarem a política do ponto ideal do presidente, mesmo quando a versão aprovada pelo Congresso estiver mais próxima do ponto ideal do legislador mediano (Alemán, 2003 *apud* Aninat, Londregan, Navia y Vial, 2004). No governo Aylwin (1990-1994), por exemplo, o presidente utilizou o seu poder de veto em 16 oportunidades, tendo apenas um destes vetos derrubado pelo Congresso (Siavelis, 2000).

Diante do sistema “super-presidencial<sup>34</sup>” chileno, a atuação do Congresso Nacional<sup>35</sup> restringe-se a fiscalização do Poder Executivo (Arcaya, 2003). Neste ponto, há um forte consenso na literatura em reconhecer o Poder Executivo enquanto principal legislador do Chile. Como pode se observar na tabela 6 abaixo, elaborada a partir de dados apresentados por Arcaya (2003), a elevada porcentagem de leis publicadas provenientes do Poder Executivo, quando comparada com as leis advindas do Legislativo, demonstra a clara preponderância do primeiro sobre o último.

---

<sup>34</sup> Ao contrário do que se poderia imaginar, o crescimento do poder presidencial na história chilena é anterior ao regime autoritário (Arcaya, 2003). A constituição de 1925, que estabelecia um Congresso assertivo, foi inúmeras vezes modificadas em prol da elevação da capacidade de atuação do presidente. Os três últimos presidentes anteriores ao golpe militar, por exemplo, defendiam a necessidade de se ampliar os poderes legislativos do Poder executivo, processo este que se aprofundou no regime militar (Arcaya, 2003).

<sup>35</sup> Conforme o artigo 48 da Constituição Política da República do Chile, a Câmara dos Deputados possui a atribuição exclusiva de fiscalizar as atividades do governo. O Senado, por sua vez, detém exclusividade no julgamento de acusações constitucionais e aprovar as viagens presidenciais (artigo 49 da Constituição Política da República do Chile).

**Tabela 6. Leis publicadas entre 1990-2003 segundo a origem da iniciativa.**

<b>Período</b>	<b>Total de Leis</b>	<b>Executivo</b>	<b>Legislativo</b>
1990-2003	962	725	237
% Total	100	75,36	24,64

Fonte: Adaptada pelo autor de Arcaya (2003: Tabla 7).

Além dos poderes legislativos, o presidente conta ainda com a importante prerrogativa de nomear os principais cargos governamentais. O presidente chileno aponta diretamente todos os ministros, governadores regionais e provinciais, embaixadores e presidentes de agências regulatórias e empresas estatais. Este importante poder não-legislativo do presidente o conduz a ser o principal líder da coalizão governamental, exercendo significativa influência sobre as decisões tomadas pela última (Aninat, Londregan, Navia y Vial, 2004).

### **3.2.1 As competências constitucionais do Legislativo e Executivo na política externa chilena.**

A preponderância do Poder Executivo no processo de formulação e implementação das políticas públicas em geral também se verifica na política externa especificamente. O artigo 32, n° 15 da Constituição chilena dispõe que é competência exclusiva do presidente conduzir as relações exteriores do país, sendo o responsável pelas negociações internacionais de tratados, assim como a sua assinatura e ratificação. Em matéria de política comercial, um dos principais sub-temas da política externa, o presidente também possui exclusividade de iniciativa na determinação das tarifas alfandegárias (ver o artigo 65, n° 1 da Constituição chilena). Uma vez estabelecida uma mudança tarifária, esta é

submetida à apreciação do Congresso Nacional na condição de lei ordinária, necessitando, portanto, da aprovação do mesmo.

Assim, a principal prerrogativa do Congresso Nacional em matéria de política externa é a atribuição exclusiva de aprovar ou rejeitar os tratados internacionais apresentados pelo presidente, antes de sua ratificação, mediante aprovação de ambas as câmaras do Congresso (art. 54, N°1). Com respeito a esta prerrogativa, a reforma constitucional de 2005<sup>36</sup> conferiu duas novidades importantes ao artigo 54.

Em primeiro lugar, modificou-se a redação do antigo artigo para eliminar ambigüidades e polêmicas<sup>37</sup> na interpretação do mesmo, deixando claro que tratados celebrados pelo presidente no exercício de seu poder regulatório não necessitarão da apreciação do Congresso para serem internalizados. Vale ressaltar que todos os outros tipos de tratados internacionais obedecem ao mesmo processo de tramitação dos projetos de lei. A segunda modificação que merece destaque é a obrigatoriedade do Poder Executivo informar ao Congresso Nacional o conteúdo dos tratados antes de assiná-lo, possibilitando ao último apresentar reservas ou declarações interpretativas acerca dos tratados assinados pelo presidente.

Apesar do Poder Executivo constituir-se o principal ator político na definição e condução da política externa chilena, não podemos descartar a ação do Poder Legislativo enquanto

---

<sup>36</sup> Lei número 20.050, promulgada no Diário Oficial na data de 26/08/05. Sete é o total de modificações no artigo, no entanto, para os propósitos do trabalho destaco apenas duas.

<sup>37</sup> A principal polêmica que motivou a modificação deste artigo refere-se aos acordos comerciais ratificados (Acordos de Complementação Econômica- ACE) pelo Chile no início dos anos 90 sem a necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Os ACEs são negociados no âmbito da ALADI, sob o marco jurídico do Tratado de Assunção de 1980. Devido a uma interpretação do antigo artigo 50 da Constituição, determinou-se que os ACEs não precisariam passar pelo Congresso, pois o acordo-marco de 1980 já estava ratificado. Em outras palavras, esses ACEs foram encarados como regulamentação do acordo-marco.

importante ponto de veto (ver capítulo 1) cuja preferência é incorporada na definição da política exterior do Chile. Na seção seguinte apresentaremos os aspectos centrais da organização interna da Câmara dos Deputados do Chile.

### **3.3 Mesa e Comissões na Câmara dos Deputados do Chile.**

As instituições fundamentais do processo legislativo interno à Câmara são a *mesa* e as comissões parlamentares permanentes (Carey, 2002). A *mesa* é composta por um presidente e dois vice-presidentes, eleitos pela maioria dos votos na casa, cujo mandato perdura por quatro anos (*Reglamento de la Camara de Diputados*, Art.44). Os trabalhos legislativos são altamente concentrados na figura do presidente da mesa que possui um significativo poder de agenda, ainda que fortemente mitigado pelos poderes presidenciais (Carey, 2002). Um elemento central para a constituição do poder de agenda do presidente da mesa é a prerrogativa de determinar qual proposição legislativa gozará do *status* de “imediate ou despacho não urgente”. Ademais, o presidente da mesa controla o fluxo de tramitação das matérias legislativas na medida em que possui o poder discricionário na determinação das comissões nas quais as propostas deverão tramitar (Carey, 2002).

Boa parte do trabalho substantivo referente à produção legislativa da Câmara ocorre nas comissões permanentes (Arcaya, 2003). As 19 comissões permanentes da Câmara são responsáveis pela apreciação das matérias legislativas, assim como eventuais apresentações de propostas de emenda<sup>38</sup>. Legislações ordinárias podem ter a sua tramitação encerrada caso careçam de maioria no interior de uma comissão, assim como

---

<sup>38</sup> Apesar das comissões parlamentares no Chile desempenharem um importante papel no processo legislativo; Aninat, Londregan, Navia y Vial (2004) atestam que se comparadas às comissões da Câmara dos deputados dos EUA (*US House of Representatives*), as comissões chilenas detém menos poder de influenciar a composição final da proposta legislativa.

seus destinos selados no plenário em função das recomendações elaboradas nas comissões que lhes correspondem (Carey, 2002).

Cada comissão é conformada por 13 parlamentares. O artigo 213 do *Reglamento* estabelece que a composição partidária de cada comissão deve respeitar a proporcionalidade refletida na composição partidária da Câmara dos Deputados como um todo. Entretanto, como aponta Carey (2002), observa-se certa inconsistência entre a regra formal e a prática na distribuição dos assentos nas comissões da Câmara. Utilizando dados de duas Legislaturas (1994-1998, 1998-2001), Carey (2002: 244) observa que no âmbito das coalizões, a *Concertación* detém a maioria dos assentos em todas as comissões para todo o período analisado. A proporcionalidade no caso seria observada apenas quando consideradas as comissões de maneira agregada. Por exemplo, caso 60% das cadeiras da Câmara sejam ocupadas pela *Concertación*, esta obterá maioria nas 19 comissões sob esta margem, e não deteria o controle majoritário de 60% das 19 comissões.

Dentre as comissões permanentes, a Comissão de Finanças (*Comisión de Hacienda*) é a única cuja existência é garantida por lei, constituindo-se também como a principal comissão da casa. O relato do Deputado Andrés Palma, citado por Carey (2002: 242), ilustra de maneira clara o fato citado. Nele, o deputado explica que uma *mensaje* ou *moción*<sup>39</sup> sobre agricultura, por exemplo, pode não passar pela Comissão de Agricultura. No caso em que a proposta legislativa envolva implicações no orçamento, a sua tramitação “normal” seria passar pela comissão de Agricultura para em seguida ser

---

<sup>39</sup> *Mensaje* é o nome dado a proposta legislativa originada do Poder Executivo, enquanto *moción* é a proposta legislativa originada do Poder Legislativo.

encaminhada à Comissão de Finanças. Entretanto, caso haja um pedido de urgência do tipo discussão imediata, a proposta legislativa vai direto para a Comissão de Finanças sem passar pela Comissão de Agricultura, ainda que o tema fosse referente à agricultura.

Assim, a Comissão de Finanças exerce um papel de controle sobre todas as outras comissões, permeando um amplo espectro de temas e políticas que envolvam algum impacto no orçamento público (Carey, 2002).

Outro dado importante que corrobora com o posicionamento central da Comissão de Finanças na tramitação de propostas legislativas é o nível de *expertise* dos parlamentares que participam da mesma. O nível de *expertise* das Comissões parlamentares é amplamente reconhecido como um indicador da capacidade da Legislatura atuar enquanto instituição legislativa independente (Carey, 2002). Neste sentido, um bom indicador de *expertise* é a experiência parlamentar dos membros da comissão. Como atesta Carey (2002), todos os membros da Comissão de Finanças (100%) entre 1998 e 2001 foram deputados na legislatura passada, revelando o maior índice entre as comissões.

A tramitação de uma peça legislativa no Congresso chileno consiste em três etapas, o primeiro, segundo e terceiro trâmites constitucionais. Na primeira etapa, o presidente submete um projeto de lei (*mensaje*) que é direcionado para as comissões parlamentares competentes. Um deputado ou um grupo de deputados também pode submeter um projeto de lei (*moción*), ainda que sob diversas condições restritivas (ver seção 3.1). Neste estágio, chamado *discusión en general*, a comissão pode modificar a proposta legislativa. Logo em seguida, as modificações elaboradas pela comissão são submetidas ao plenário.

Caso ocorra alguma modificação no plenário, o projeto de lei retorna às comissões. Este processo é chamado *discusión en particular*. Quando não há modificações na peça legislativa, a mesma é aprovada em *general y particular*.

O segundo trâmite constitucional consiste em encaminhar o projeto de lei tramitado na Câmara para o Senado. Caso haja alguma modificação no Senado, a proposta legislativa tramita em uma comissão conjunta entre ambas as casas, cuja distribuição dos membros é equânime (50% de cada casa). No terceiro trâmite constitucional, o projeto de lei passa pelo crivo do presidente que pode vetá-la (total ou parcialmente) ou sancioná-la. No caso de ocorrer o veto presidencial este pode ser derrubado desde que obtenha, para a grande maioria das leis, 5/3 de ambas as casas do Congresso. Na seção seguinte exploraremos a constituição das coalizões partidárias chilenas.

### **3.4 As coalizões partidárias na Câmara dos Deputados do Chile.**

O sistema político chileno, assim como muitos outros da América Latina, funciona sob a égide de um sistema presidencialista multipartidarista que torna extremamente improvável a eleição de um presidente apenas com o respaldo de seu próprio partido e que este partido, por sua vez, detenha a maioria dos assentos no Congresso (Nolte, 2003). Assim, a escassa possibilidade de que apenas um partido ganhe a presidência e a maioria no Congresso faz com que a formação de uma coalizão governamental seja necessária para garantir a estabilidade e governabilidade do sistema político (Nolte, 2003).

A principal especificidade do sistema político chileno que favorece a formação de coalizões é o sistema eleitoral binominal (ver Carey, 2002; Aninat, Londregan, Navia y

Vial, 2004 e Vásquez, 2006, por exemplo). Para as eleições da Câmara dos Deputados, o Chile utiliza um sistema proporcional de lista aberta com dois representantes (Magnitude 2) em cada um dos 60 distritos eleitorais. Para distribuir as cadeiras na Câmara dos Deputados emprega-se a fórmula *D'Hondt*<sup>40</sup> e a formação de coalizões é permitida desde que em âmbito nacional. Na prática, o partido majoritário apenas recebe as duas cadeiras do distrito caso obtenha o dobro do número de votos conquistados pelo segundo colocado.

Podemos citar dois efeitos centrais produzidos pelo sistema eleitoral chileno no sistema partidário: a redução do número relevante de atores advinda do forte incentivo dos partidos a formarem coalizões e o fortalecimento das lideranças nacionais dos partidos (Aninat, Londregan, Navia y Vial, 2004). Em primeiro lugar, como em nível nacional há a possibilidade de muitos partidos apresentarem candidatos apenas em alguns distritos, o sistema permite a existência de muitos partidos. No nível distrital, o forte incentivo dos partidos políticos formarem coalizões advém da possibilidade de obter 100% das cadeiras do distrito no caso de dobrarem o número de votos do segundo colocado<sup>41</sup>. Analogamente, se uma lista apenas consegue impedir que sua votação seja dobrada, ela conquista 50% das cadeiras disponíveis no distrito.

A dificuldade de se obter 2/3 das votações em cada um dos distritos, a relativa facilidade de alcançar 1/3 dos votos somadas à regra que constrange a formação de coalizões apenas em nível nacional torna a formação de duas coalizões nacionais o resultado mais provável

---

<sup>40</sup> A fórmula *D'Hondt* basicamente divide os votos recebidos pelos partidos por números em série de tal forma a favorecer os partidos com maiores votações (Nicolau, 1999).

<sup>41</sup> Vale lembrar que cada partido ou aliança eleitoral (coalizão) pode apresentar até dois candidatos por lista em cada um dos distritos eleitorais.

(Aninat, Londregan, Navia y Vial, 2004). Neste cenário institucional com duas coalizões já formadas, um partido pagaria um elevado custo caso decidisse unilateralmente deixar a coalizão a qual pertence. De outro lado, este mesmo cenário cria sérias dificuldades eleitorais para a entrada de uma terceira coalizão na competição eleitoral.

Embora muito difundido, o posicionamento do sistema eleitoral enquanto variável explicativa fundamental para o estabelecimento e manutenção de duas coalizões políticas no Chile não é inteiramente consensual. Siavelis (2004), por exemplo, argumenta que a relação entre sistema eleitoral e partidário não é direta e tão simples quanto alguns estudiosos a expõem, ou seja, mesmas regras eleitorais podem produzir distintos sistemas partidários. No caso chileno mais especificamente, o autor defende que a capacidade do sistema eleitoral produzir duas coalizões nacionais estáveis depende do contexto em que a eleição está inserida (Siavelis, 2004). Em outras palavras, haveria outras variáveis explicativas determinantes para o sucesso ou fracasso das coalizões chilenas.

O argumento de Siavelis (2004) sustenta-se em três variáveis centrais. A primeira seria a influência da paridade ou não entre os pactos pré-eleitorais firmados intra-coalizão e os votos obtidos por cada partido. Como cada coalizão pode apresentar apenas dois candidatos, os líderes de cada partido estão sujeitos a complexas e esgotantes negociações acerca da definição das listas dos candidatos nos 60 distritos eleitorais chilenos. Neste ponto, Carey (2002) sustenta que apesar da composição da lista de candidatos e determinações de políticas constituírem-se uma constante fonte de conflito, o incentivo eleitoral proveniente da magnitude dos distritos eleitorais chilenos (2) tem prevalecido na manutenção das coalizões (Carey 2002: 227).

Em contraposição a Carey (2002), Siavelis (2004) argumenta: caso haja pouca diferença (10%) entre os votos obtidos pelos partidos e o pacto pré-eleitoral para a divisão de cadeiras no Congresso, haverá um incentivo positivo para a manutenção da coalizão. Por outro lado, em uma situação onde há grande diferença entre o voto bruto conquistado por partido e a distribuição de cadeiras pré-acordada, haverá um baixo incentivo para a manutenção da coalizão (Siavelis 2004: p.66).

Outra variável apontada por Siavelis (2004) é a expectativa de conquistar a presidência em eleições simultâneas ou possuir um presidente do partido da coalizão no caso de eleições não-simultâneas<sup>42</sup>. No caso de vislumbrar a presidência ou tê-la garantida há um maior incentivo à manutenção da coalizão devido a existência de um sistema de compensação através de cargos no governo. Em contrapartida, na ausência desta expectativa ou realidade, haverá um incentivo negativo para a manutenção da coalizão (Siavelis 2004: p. 74). Finalmente, a última variável ressaltada por Siavelis (2004) são as eleições simultâneas ou não, cuja influência restringia-se até o ano de 2005. Em suma, o ponto central do autor é chamar a atenção para variáveis contextuais capazes de influenciar a coesão das coalizões chilenas.

---

<sup>42</sup> Neste ponto é importante descrever um pouco a história institucional do mandato executivo no Chile pós-Pinochet. A reforma da constituição em 1989, anterior a saída dos militares do poder, estabeleceu que o mandato presidencial seria de 8 anos sem direito a reeleição, com exceção do governo democrático transitório de Patricio Aylwin (1990-1994), cujo mandato era de apenas 4 anos. Em 1994, antes das eleições presidenciais, reformou-se a constituição e estabeleceu-se em 6 anos o mandato presidencial, sem reeleição. Esses foram os casos dos governos Eduardo Frei (1994-2000) e Ricardo Lagos (2000-2006). A ampla reforma constitucional de 2005, além de eliminar os resquícios militares da constituição chilena (como os senadores institucionais, por exemplo), estipulou o mandato do presidente em 4 anos, sem direito à reeleição. Este é o caso do governo Bachelet (2006-2010). Como o mandato do deputado chileno corresponde a 4 anos, até 2006 havia a possibilidade de ocorrer eleições legislativas não simultâneas à do presidente.

Antes de apresentar de maneira sucinta o debate envolvendo o nível de polarização entre as coalizões chilenas, parece oportuno apresentar a disposição das mesmas nas legislaturas incluídas na amostra deste estudo. Observa-se no Chile, seja pela influência do sistema eleitoral ou outras variáveis, a formação de uma coalizão governista de centro-esquerda chamada *Concertación*, formada por PS, PPD, PRSD e PDC. Na oposição, temos a coalizão de direita *Alianza por Chile*<sup>43</sup>, composta por UDI e RN. Desde a redemocratização do Chile (1989), embora possa haver algumas modificações marginais nas coalizões chilenas, os 6 partidos com maior representação congressional configuraram da maneira descrita acima, indicando a forte estabilidade das coalizões chilenas<sup>44</sup>.

Segue abaixo, nas Tabelas 7, 8 e 9 a composição partidária da Câmara dos Deputados do Chile nas Legislaturas 1994-1998, 1998-2002 e 2002-2006, onde PS (*Partido Socialista*), PPD (*Partido por la Democracia*), PR (*Partido Radical*), PRSD<sup>45</sup> (*Partido Radical Social Demócrata*), PDC (*Partido Demócrata Cristiano*), UDI (*Unión Demócrata Independiente*), RN (*Renovación Nacional*), UCC (*Unión Centro – Centro*) e UCCP (*Unión Centro-Centro-Progressista*)<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> Nas eleições legislativas de 1989, esta coalizão chamava-se *Democracia y Progreso*. Em 1993, por sua vez, chamava-se *Unión por el Progreso*, 1997 *Unión por Chile*, para finalmente nas eleições de 2005 adotar o atual nome *Alianza por Chile*.

<sup>44</sup> Em 1988, o plebiscito que decidiria a permanência do general Pinochet por mais 8 anos no poder organizou os atores políticos existentes em dois blocos, um favorável ao sim e outro ao não. Com a vitória do não, o processo democrático subsequente conformou-se pelos mesmos grupos, os partidários do “sim” se denominaram *Alianza por Chile* enquanto os vitoriosos do “não” *Concertación*.

<sup>45</sup> Nas eleições legislativas de 1997 o Partido Radical (PR) se fundiu ao Partido Social Demócrata (PSD) criando o Partido Radical Social Demócrata (PRSD).

<sup>46</sup> Em 1994, o Partido Unión Centro Centro fundiu-se com o Partido Nacional para formar o Unión Centro Centro Progressista.

**Tabela 7. Configuração Partidária da Câmara dos Deputados do Chile (1994-1998).**

<b>Coalizões</b>	<b>Partidos</b>	<b>No. de representantes na Câmara</b>	<b>%</b>
<b>Concertación</b>		<b>70</b>	<b>58,35</b>
	PDC	37	30,85
	PS	16	13,33
	PPD	15	12,5
	PR	2	1,65
<b>Alianza por Chile</b>		<b>46</b>	<b>38,33</b>
	RN	30	19,16
	UDI	15	12,5
	UCC*	1	0,83
<b>Independentes</b>	IND**	<b>4</b>	<b>3,3</b>
<b>Total</b>		<b>120</b>	<b>100</b>

Fonte elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no sítio virtual da Câmara dos Deputados do Chile.

\* O Partido Unión Centro Centro (UCC) participou excepcionalmente nesta legislatura na coalizão chilena *Alianza por Chile*.

\*\* Os deputados independentes não foram considerados na contabilização das coalizões por não pertencerem a partidos, mesmo aqueles que aderiram a uma das coalizões.

**Tabela 8. Configuração Partidária da Câmara dos Deputados do Chile (1998-2002).**

<b>Coalizões</b>	<b>Partidos</b>	<b>No. de representantes na Câmara</b>	<b>%</b>
<b>Concertación</b>		<b>69</b>	<b>57,5</b>
	PDC	38	31,66
	PPD	16	13,33
	PS	11	9,16
	PRSD	04	3,33
<b>Alianza por Chile</b>		<b>44</b>	<b>36,66</b>
	RN	23	19,16
	UDI	21	17,5
<b>Independentes</b>	IND**	<b>5</b>	<b>4,16</b>
	UCCP*	<b>2</b>	<b>1,66</b>
<b>Total</b>		<b>120</b>	<b>100</b>

Fonte elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no sítio virtual da Câmara dos Deputados do Chile (2006 e 2007).

\* O Partido Unión Centro Centro Progressista (UCCP) não faz parte de nenhuma das coalizões chilenas, concorrendo as eleições em uma lista própria.

\*\* Os deputados independentes não foram considerados na contabilização das coalizões por não pertencerem a partidos, mesmo aqueles que aderiram a uma das coalizões.

**Tabela 9. Configuração Partidária da Câmara dos Deputados do Chile (2002-2006).**

<b>Coalizões</b>	<b>Partidos</b>	<b>No. de representantes na Câmara</b>	<b>%</b>
<b>Concertación</b>		<b>60</b>	<b>50</b>
	PDC	24	20
	PS	10	8,3
	PPD	20	16,6
	PRSD	06	5
<b>Alianza por Chile</b>		<b>47</b>	<b>39,1</b>
	UDI	30	25
	RN	17	14,1
	IND**	<b>13</b>	<b>10,8</b>
<b>Total</b>		<b>120</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no sítio virtual da Câmara dos Deputados do Chile.

\*\* Os deputados independentes não foram considerados na contabilização das coalizões por não pertencerem a partidos, mesmo aqueles que aderiram a uma das coalizões.

### **3.5 Polarização e Coesão Partidárias na Câmara dos Deputados do Chile.**

Há duas perspectivas opostas acerca do nível de polarização entre as coalizões chilenas (Carey, 2002). Uma argumenta que o distrito eleitoral de dois membros não encoraja posições políticas extremadas na competição eleitoral e barganha legislativa. Guzmán (1993) e Vázquez (2006), por exemplo, defendem que a negociação entre partidos em torno da lista de candidatos demanda moderação entre os posicionamentos dos mesmos para o sucesso da coalizão. Em outras palavras, os partidos políticos chilenos convergiriam para o eleitor mediano, apresentando um baixo nível de polarização.

A outra perspectiva rejeita a premissa da competição política centrípeta e argumenta tanto do ponto de vista empírico quanto teórico a existência de uma clara polarização ideológica entre os partidos políticos chilenos, distribuindo-se entre esquerda, centro e direita.

Por meio de modelos teóricos espaciais, Magar, Roseblum and Samuels (1998) e Dow (1998) demonstram que o sistema binominal chileno incentiva os dois candidatos da mesma coalizão a adotarem posições ideológicas semelhantes, enquanto que entre candidatos de distintas coalizões há uma clara polarização ideológica entre seus respectivos posicionamentos. Aninat, Londregan, Navia y Vial (2004) seguem a mesma linha argumentativa acrescentando que o incentivo de apenas 1/3 dos votos serem suficientes para obter 50% das cadeiras afasta as plataformas eleitorais do eleitor mediano. Ademais, os mesmos autores chamam a atenção para o elevado custo eleitoral de um partido deixar unilateralmente uma das coalizões. Isto criaria uma elevada disciplina partidária intra-coalizão (Aninat, Londregan, Navia y Vial 2004: p. 17).

Desde uma perspectiva empírica, Carey (2002), Saéz (2003), Maureira (2007) e Alemán and Saiegh (2007) desenvolveram conclusivos trabalhos acerca dos níveis de disciplina e coesão partidárias na Câmara dos Deputados do Chile.

Carey (2002) criou um índice para medir o nível de unidade entre os partidos políticos e coalizões chilenas a partir da análise de 215 votações nominais da Câmara dos Deputados em dois anos (1997 e 1998). Os resultados do índice indicam uma grande proximidade entre os partidos que integram uma mesma coalizão, explicados pelo forte incentivo advindo da arena eleitoral. Ainda que ambas as coalizões apresentem um elevado grau de coesão, a *Alianza por Chile*, quando comparada a *Concertación*, revelou um grau de homogeneidade menor. A explicação para esta diferença reside na função exercida pelo Presidente da República de líder da coalizão governista<sup>47</sup> (Carey, 2002: 235). Já entre as coalizões há um elevado grau de polarização, indicando posicionamentos divergentes ao eleitor mediano (Carey, 2002).

Alemán and Saiegh (2007) também utilizaram a análise de votações nominais para averiguar o posicionamento dos partidos políticos no período 1997-2000. Por meio de uma estimação bayesiana elaborada por Jackman (2001)<sup>48</sup>, os autores visualizaram os pontos ideais dos deputados chilenos, revelando resultados parecidos aos encontrados por Carey (2002), ou seja, um elevado grau de coesão intra-coalizões, ainda que haja uma menor homogeneidade na *Alianza por Chile* e uma clara situação bipolar entre as duas coalizões políticas. Ademais, os autores argumentam o realinhamento ideológico do

---

<sup>47</sup> Desde a redemocratização do Chile em 1989, a coalizão Concertación foi vitoriosa em todas as eleições presidenciais.

<sup>48</sup> Ver o Capítulo 2 para maiores detalhes acerca dos aspectos metodológicos da estimação da preferência dos legisladores via votação nominal.

PDC, tradicionalmente classificado como o centro do espectro político-ideológico, em direção à esquerda. O fato seria decorrência de incentivos institucionais e reorientação do conflito social chileno (Alemán and Saiegh, 2007: 3). Em outras palavras, os autores constataam o desaparecimento do centro enquanto espaço político no Chile, observando pouca diferença no interior da coalizão governista.

Maureira (2007), ao analisar o nível de apoio ao Executivo por meio das votações nominiais da Legislatura 2002-2006, observa um elevado grau de disciplina partidária na coalizão governista Concertación. A principal explicação para o fenômeno seria o papel do presidente enquanto principal articulador das condutas dos partidos políticos governistas. Entretanto, a coalizão opositora perante um forte Executivo, somada a ausência da possibilidade de compensações através de cargos públicos, demonstrou um nível de disciplina partidária menor. Se por um lado a UDI tendeu a se opor em bloco às fartas iniciativas legislativas do presidente, a RN se manteve flutuante entre o apoio ao presidente e seu papel opositor junto a UDI (Maureira, 2007: 38).

Manuel Alcántara Saéz (2003), em artigo intitulado *La ideología de los partidos políticos chilenos, 1994-2002: Rasgos constantes y peculiaridades*, encontra uma clara disposição dos partidos políticos chilenos no *continuum* ideológico direita-esquerda. Nesse estudo, Saéz realiza uma série de entrevistas junto a deputados chilenos em três legislaturas (1994-1998, 1998-2002 e 2002-2006) cuja finalidade é delinear o posicionamento ideológico dos partidos chilenos. Para tanto, foram selecionados quatro temas: o posicionamento do partido em relação à democracia, o papel desempenhado pelas forças

armadas, o grau de prioridade de políticas públicas de natureza social e econômica e aspectos da organização interna dos próprios partidos.

A partir dos resultados obtidos de ditas entrevistas, o autor atribuiu valores para determinar a localização dos partidos políticos no *continuum* ideológico direita-esquerda. Segue abaixo tabela produzida com os valores citados<sup>49</sup>.

**Tabela 10. Posicionamento ideológico dos partidos chilenos.**

	<b>PS</b>	<b>PPD</b>	<b>PDC</b>	<b>RN</b>	<b>UDI</b>
<b>Câmara 1994</b>	2,93	4,36	4,40	6,36	6,80
<b>Câmara 1998</b>	2,50	4,00	4,83	6,76	8,18
<b>Câmara 2002</b>	2,56	3,85	5,28	6,80	7,08

Fonte: PELA (Programa de Estudios Latinoamericanos de la Universidad de Salamanca).

Os valores atribuídos variam de 1 a 10, onde 1 é esquerda e 10 direita. Na Tabela 3, portanto, o partido mais à esquerda é o PS, no centro localiza-se o PDC e o partido mais à direita é a UDI. Vale ressaltar que Londregan (2000) também estima o posicionamento dos partidos políticos chilenos no continuum ideológico, diferindo no método empregado e no objeto de estudo (as comissões do Senado chileno na primeira legislatura pós-Pinochet). A disposição elaborada por Londregan (2000) é muito similar a de Saéz (2003).

Tendo como referência a distribuição dos partidos políticos chilenos no espectro ideológico<sup>50</sup> contida na tabela 3, pode-se testar a existência ou não de uma correlação

<sup>49</sup> PS (Partido Socialista), PPD (Partido por la Democracia), PRSD (Partido Radical Social Democrata), PDC (Partido Demócrata Cristiano), UDI (Unión Demócrata Independiente), RN (Renovación Nacional).

entre os posicionamentos ideológicos dos partidos políticos chilenos em política externa (estimado via NOMINATE) e política doméstica (estimado via *survey* (Saéz, 2003)). A principal razão para a utilização deste estudo enquanto base comparativa entre a posição ideológica dos partido nos âmbitos doméstico e externa é a exata coincidência de ambas as amostras. Como veremos a seguir, a amostra desta dissertação compreende as legislaturas 1994-1998, 1998-2002 e 2002-2006, garantindo maior robustez à comparação<sup>51</sup>.

Neste ponto específico o presente trabalho poderá testar a validade da hipótese da coesão interna e polarização externa das coalizões partidárias no caso da política externa chilena, sendo capaz de responder a pergunta: **nas votações nominais sobre política externa há coesão interna e polarização externa entre as coalizões políticas na Câmara dos Deputados do Chile?** (ver capítulo 4).

---

<sup>50</sup> Apenas para efeito ilustrativo, segundo Saéz (2003), os partidos chilenos são os partidos que, em termos comparados latino-americanos, melhor e mais constantemente se localizam no contínuo ideológico direita-esquerda.

<sup>51</sup> Os estudos aqui citados que utilizam votações nominais para estimar os pontos ideais dos deputados na política doméstica também serão utilizados na comparação, ainda que de maneira marginal.

## CAP. 4 - RESULTADOS.

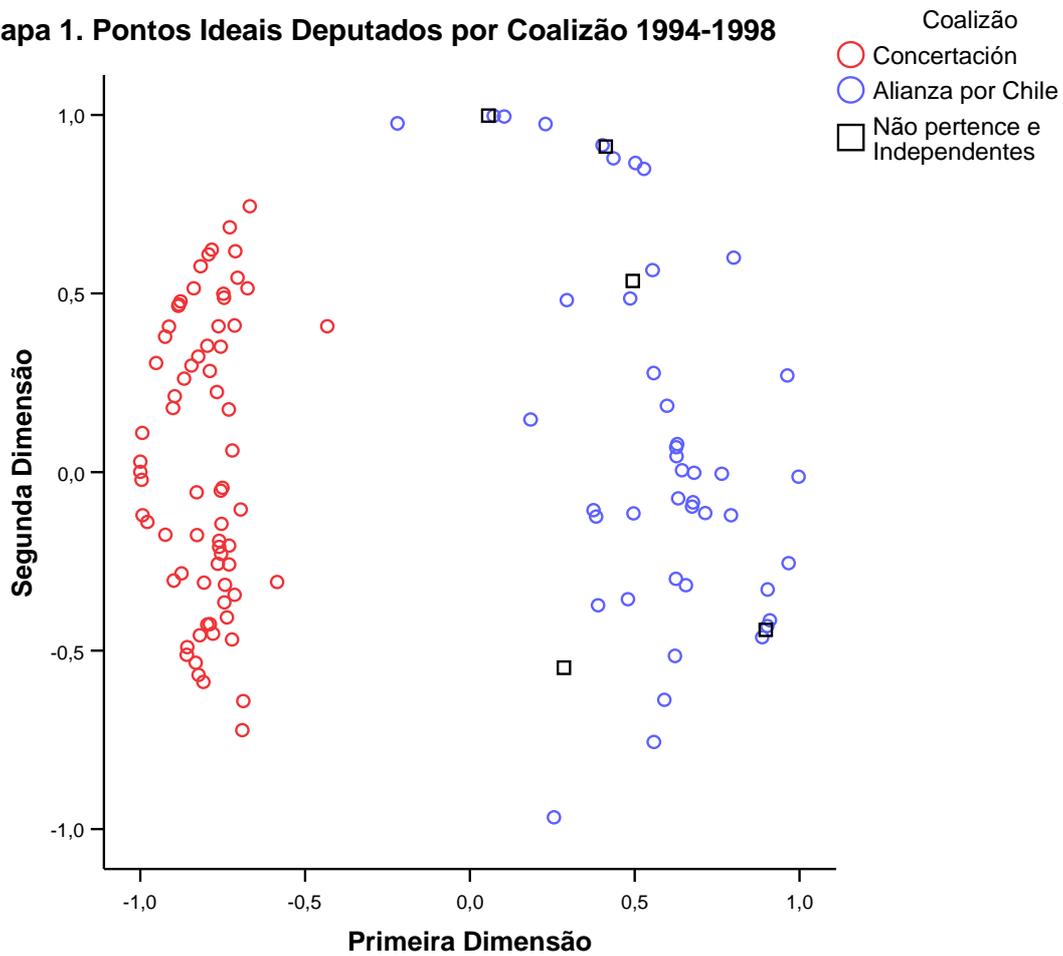
Antes de analisarmos os resultados gerados pelo NOMINATE, vale lembrar que este foi desenvolvido para testar a hipótese de *ideological constraint* nos votos dos legisladores (Leoni, 2000). O número de dimensões necessárias para representar os pontos ideais dos legisladores é geralmente pequeno, dado que os legisladores freqüentemente decidem seus votos baseados em dimensões básicas (Poole, 2005). No Congresso norte-americano, por exemplo, a dimensão liberal/conservador é capaz de prever os votos dos congressistas, sendo o grande fator estruturador das votações nominais (Poole, 2005). Analogamente, na Câmara dos Deputados do Brasil a dimensão ideológica esquerda/centro/direita<sup>52</sup> também é capaz de prever a grande maioria dos votos dos deputados federais (Leoni, 2002).

Como pode ser observado nos Mapas 1, 2 e 3, abaixo, a dimensão ideológica (primeira dimensão) é igualmente capaz de prever os votos dos deputados chilenos em temas de política externa nas três legislaturas aqui analisadas. Os legisladores de partidos de esquerda dispõem-se na metade à esquerda do espectro (-1 a 0) da primeira dimensão enquanto os legisladores dos partidos de direita localizam-se na metade oposta (0 a 1). Esta distribuição polarizada torna mais evidente a observação do constrangimento ideológico sobre o voto dos deputados chilenos em temas de política externa.

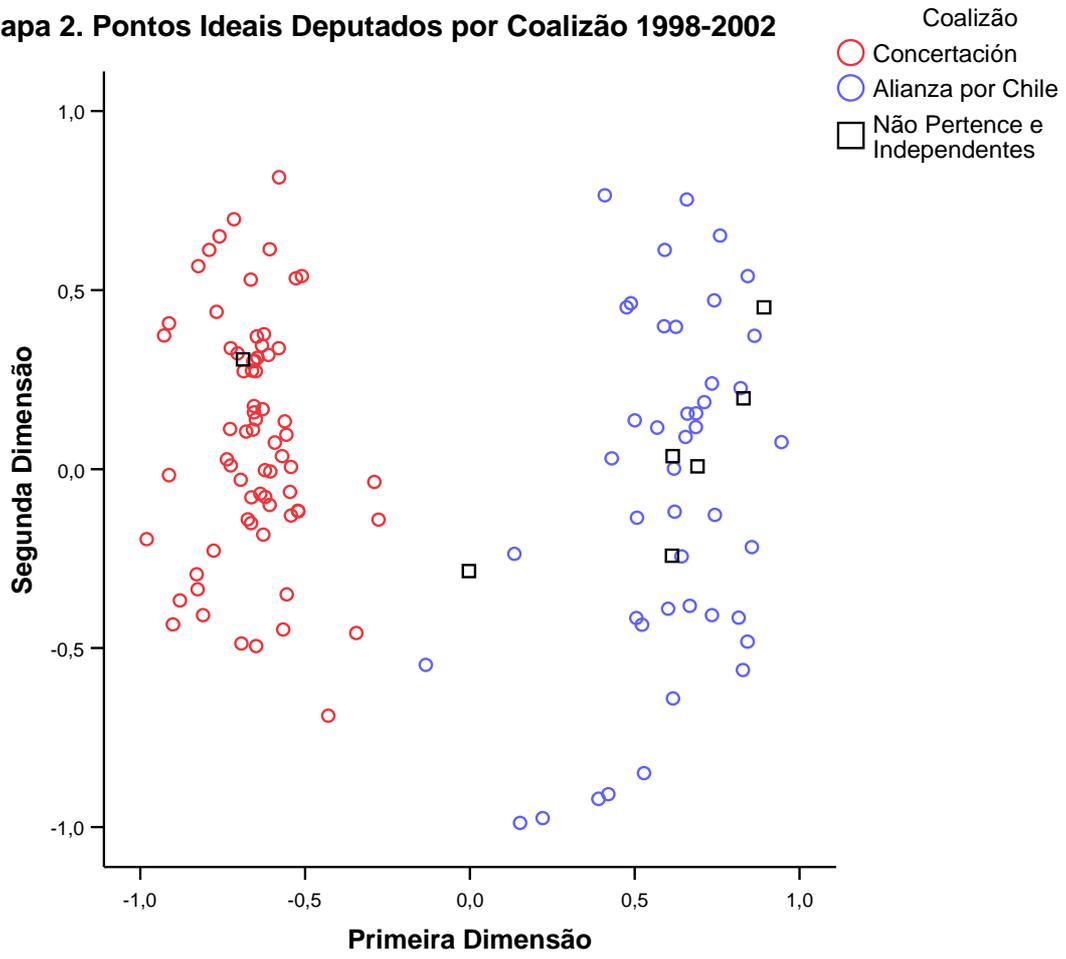
---

<sup>52</sup> O significado de esquerda, centro e direita certamente depende do contexto histórico e cultural, sendo necessário apenas que grande parte dos atores compartilhe este significado (Leoni, 2000).

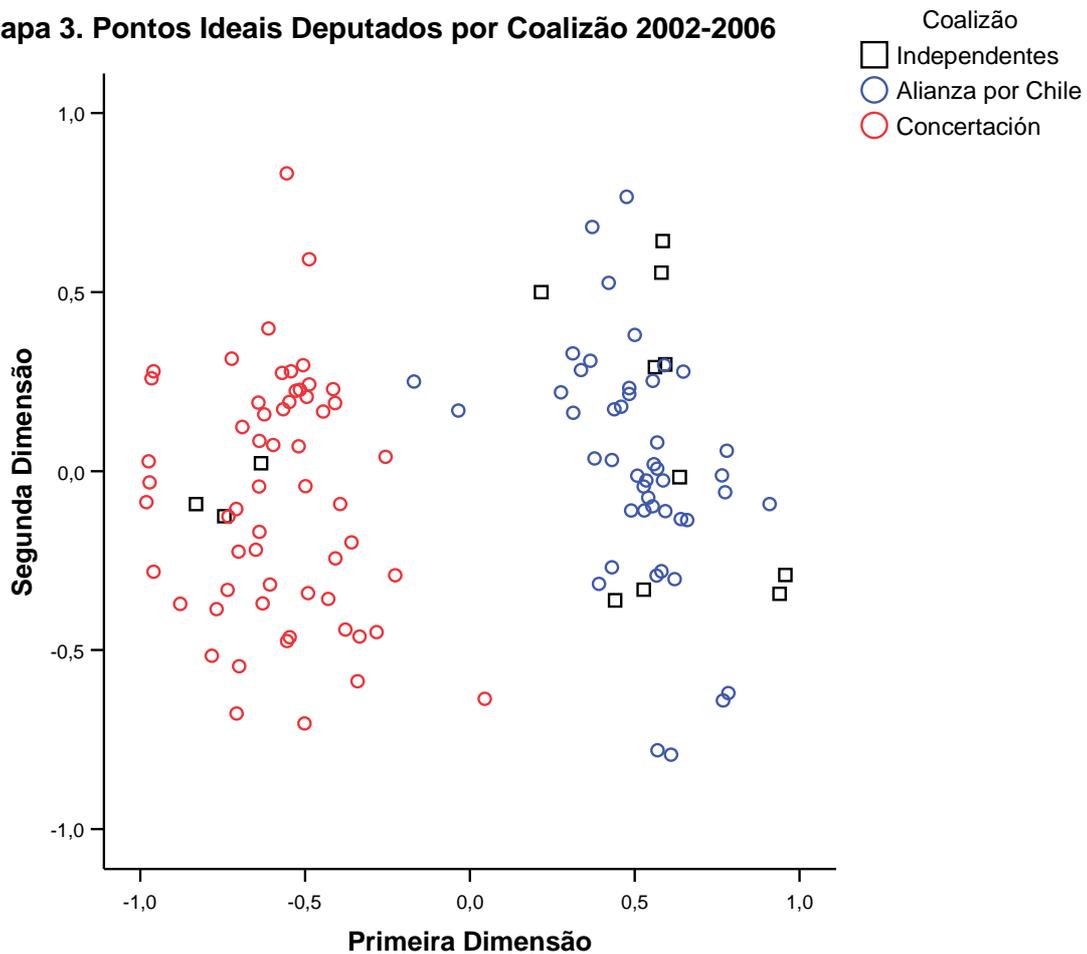
Mapa 1. Pontos Ideais Deputados por Coalizão 1994-1998



Mapa 2. Pontos Ideais Deputados por Coalizão 1998-2002



**Mapa 3. Pontos Ideais Deputados por Coalizão 2002-2006**



Para se ter uma noção exata de quanto a dimensão ideológica (primeira dimensão) explica os votos dos deputados chilenos em política externa, apresentaremos na tabela 11 abaixo os percentuais de classificação correta das duas primeiras dimensões calculados pelo Nominat para as três legislaturas, assim como o Percentual de Erro Agregado (APRE)<sup>53</sup>.

<sup>53</sup> O NOMINATE fornece uma medida de ajuste, o APRE, ou Percentual de Erro Agregado. Este é definido como  $(M - E)/M$ , em que M são a soma dos votos das minorias e E os erros do modelo. Intuitivamente, o APRE procura mostrar como o modelo classifica corretamente os votos da minoria.

**Tabela 11. Classificações corretas e APRE.**

<b>Legislatura</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Classificação Correta</b>	<b>APRE</b>
1994-1998	Primeira	93,25%	84,45%
	Segunda	95,45%	85,00%
1998-2002	Primeira	95,72%	86,97%
	Segunda	97,50%	86,40%
2002-2006	Primeira	93,35%	83,40%
	Segunda	96,74%	85,00%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como podemos ver na tabela 11, somente a primeira dimensão considerada acerta 93% das votações dos legisladores da Legislatura 2002-2006, 95% da Legislatura 1998-2002 e 93% da Legislatura 1994-1998. Nos três casos o acréscimo de uma segunda dimensão não produz um impacto significativo na capacidade explicativa dos votos dos deputados em temas de política externa. E mesmo se considerássemos que a existência de votações com ampla vantagem da maioria sobre a minoria poderia levar a um APRE baixo, o resultado mostra que não é esse o caso.

Apenas para ilustrar a robustez dos resultados encontrados, pode ser útil compará-los com outras estimativas para outras legislaturas, utilizando os resultados, obtidos por meio do Nominat, apresentados por Poole e Rosenthal (2001), Leoni (2000) e os nossos resultados em uma única tabela:

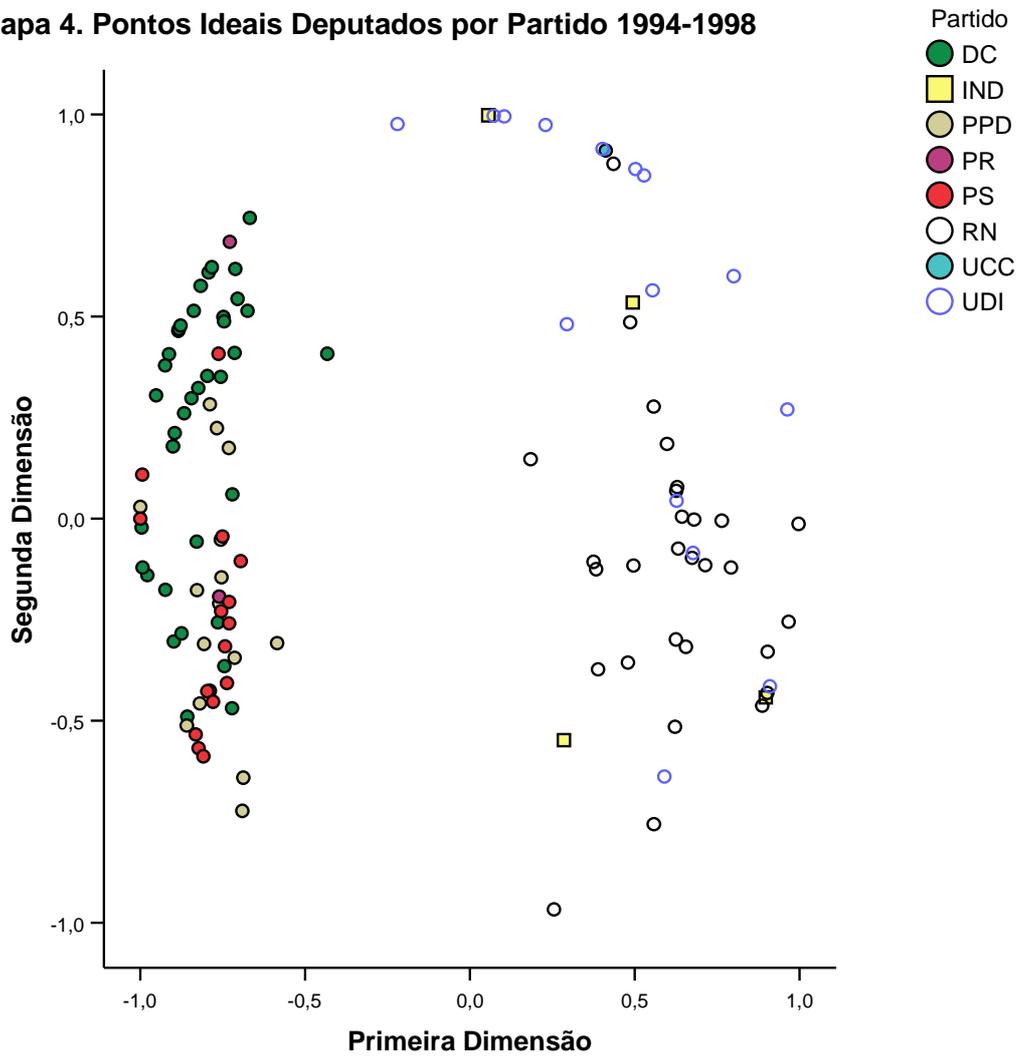
**Tabela 12. % de Classificações corretas e APRE em perspectiva comparada.**

<b>Legislatura</b>	<b>Dimensões</b>	<b>Percentual de classificações corretas (%)</b>	<b>APRE</b>
Câmara dos Deputados do Chile (1994-1998).	Primeira	0,93	0,84
	Segunda	0,95	0,85
Câmara dos Deputados do Chile (1998-2002).	Primeira	0,95	0,86
	Segunda	0,97	0,86
Câmara dos Deputados do Chile (2002-2006).	Primeira	0,93	0,83
	Segunda	0,96	0,85
Terceiro Parlamento Europeu (1989 - 1994)	Primeira	0,85	0,56
	Segunda	0,90	0,54
Quarto Parlamento Europeu (1995-1997)	Primeira	0,89	0,62
	Segunda	0,91	0,75
Assembléia Nacional Francesa (1951-1956)	Primeira	0,93	0,82
	Segunda	0,96	0,89
49a Legislatura da Câmara dos Deputados do Brasil (1991-1995)	Primeira	0,86	0,52
	Segunda	0,89	0,60
50a Legislatura da Câmara dos Deputados do Brasil (1995-1998)	Primeira	0,90	0,65
	Segunda	0,91	0,68
Assembléia Geral da ONU (1946-1953)	Primeira	0,88	0,56
	Segunda	0,87	0,56

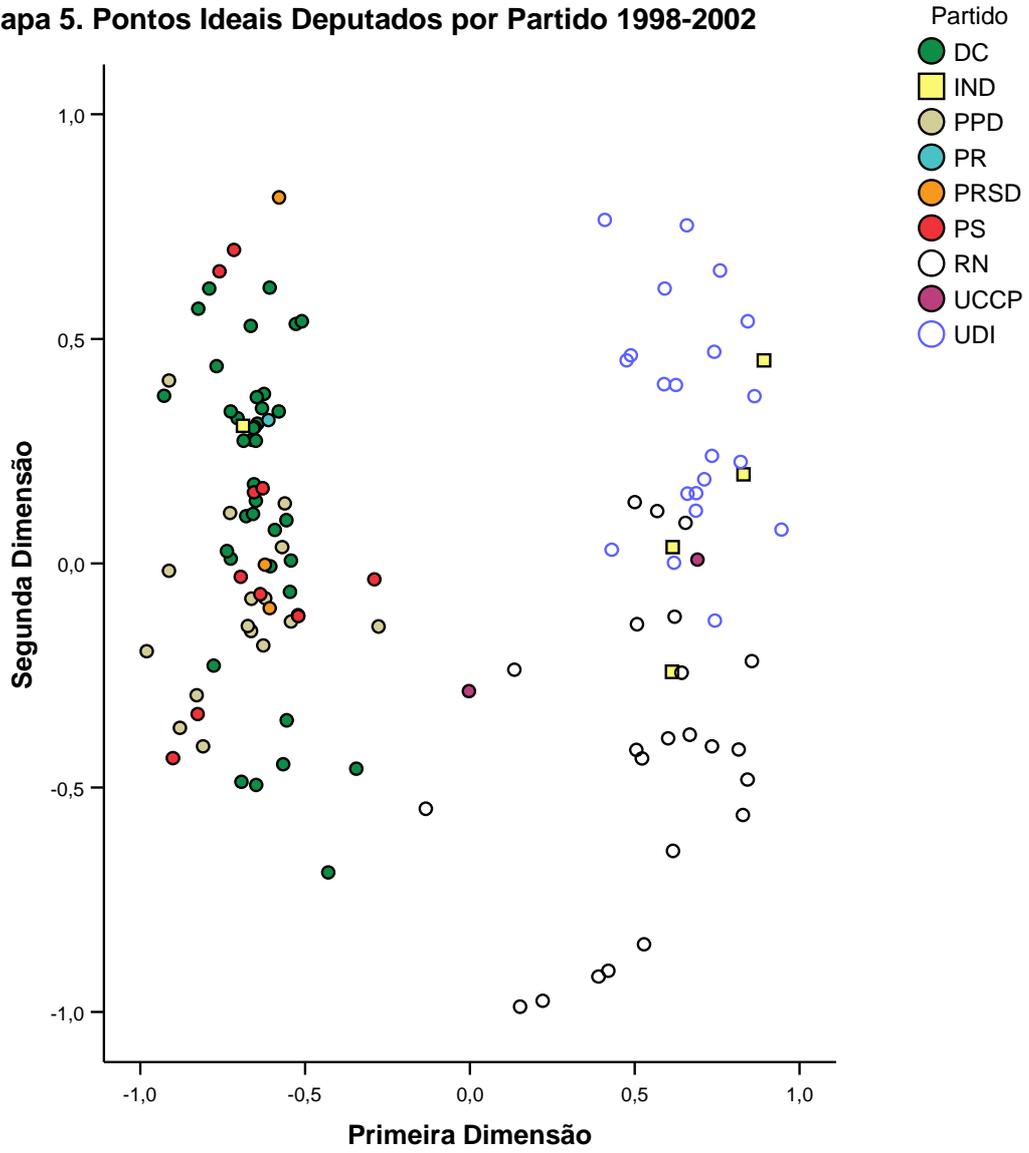
Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados de Leoni (2000), Poole e Rosenthal (2001) e próprios.

A tabela 12 revela a similaridade entre as capacidades explicativas da primeira dimensão em diversas legislaturas, sugerindo que uma dimensão é suficiente para explicar grande parte do comportamento parlamentar (voto). Além disso, percebemos que no caso das três legislaturas chilenas, a capacidade explicativa da dimensão ideológica apresenta percentuais maiores quando comparados aos demais dados. Os resultados dos Mapas 4, 5 e 6 abaixo, mostram as mesmas distribuições dos Mapas 1, 2 e 3 com a diferença de que os partidos políticos são identificados.

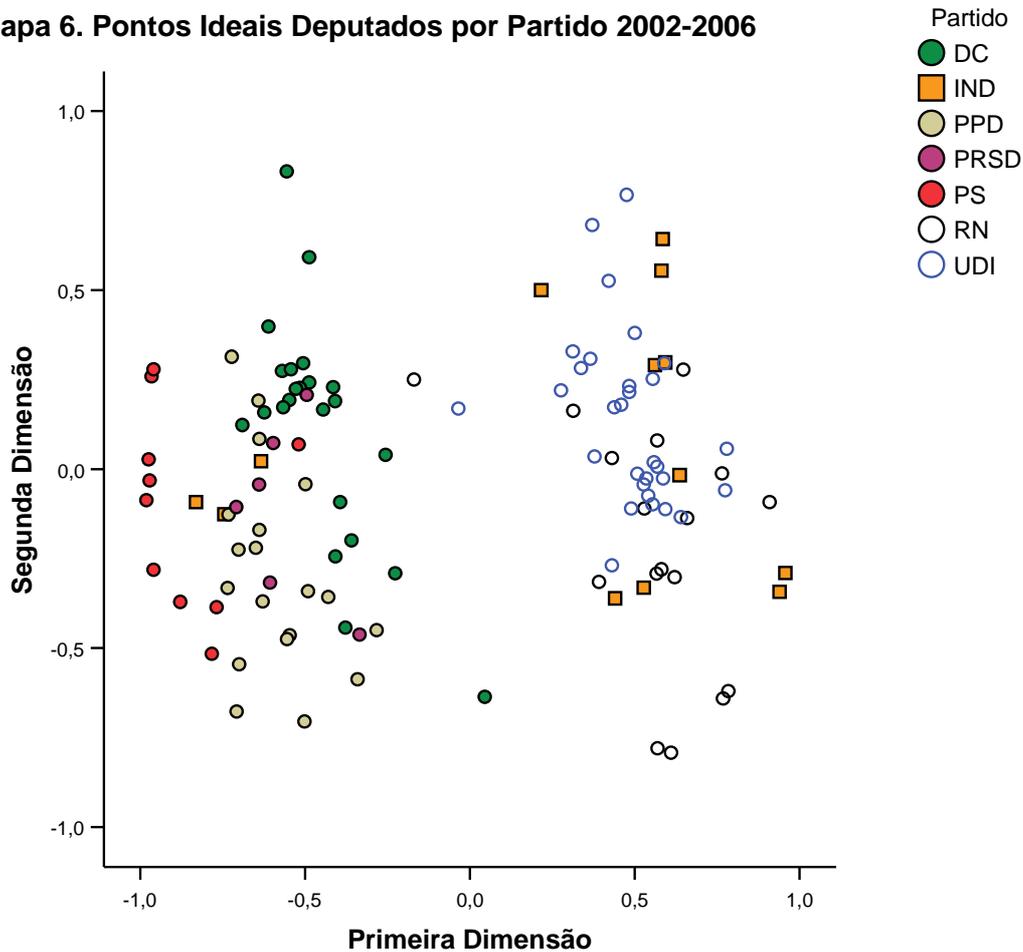
Mapa 4. Pontos Ideais Deputados por Partido 1994-1998



Mapa 5. Pontos Ideais Deputados por Partido 1998-2002



Mapa 6. Pontos Ideais Deputados por Partido 2002-2006



A baixa incidência de legisladores localizados no centro do espectro político ideológico corrobora com a constatação da polarização político-partidária nas decisões dos deputados acerca da política exterior. Neste sentido, é possível notar o realinhamento histórico do *Partido Demócrata Cristiano* (DC) do centro para a esquerda do espectro ideológico, coincidindo com o argumento exposto por Alemán e Saiegh (2007)<sup>54</sup>. Este realinhamento foi essencial para atribuir à coalizão governista coesão interna tanto na política doméstica quanto externa, conformando um mapa bipolar dos pontos ideais dos legisladores.

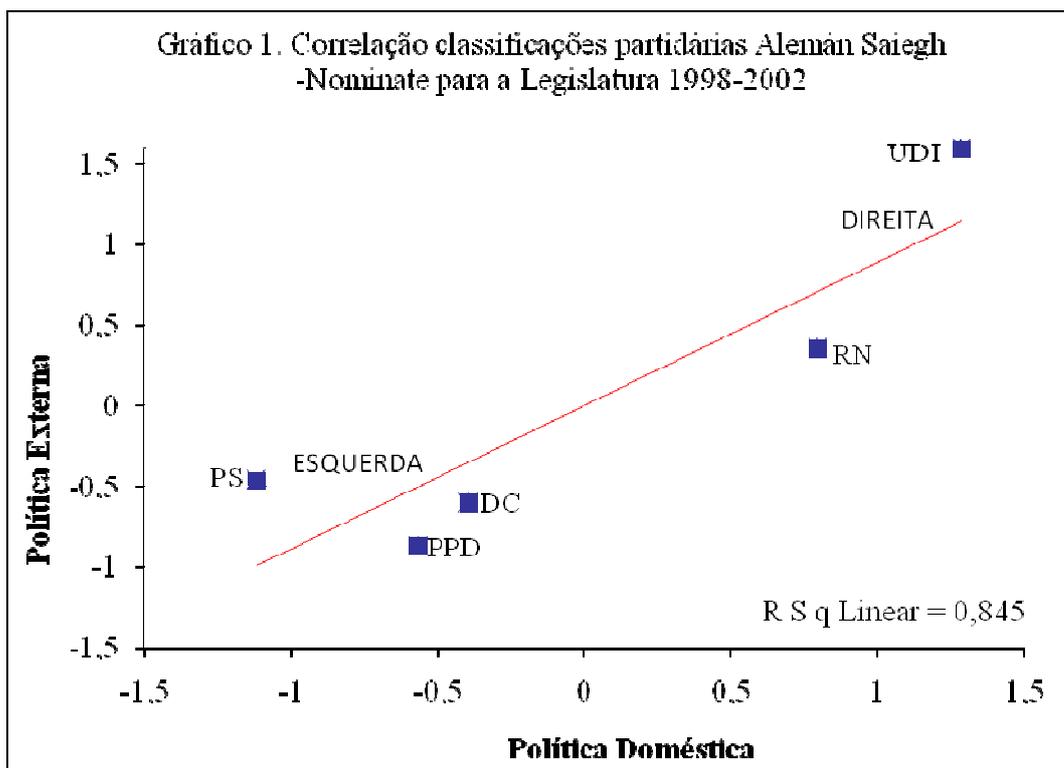
<sup>54</sup> Ver capítulo 3.

Além da polarização ideológica entre as coalizões políticas chilenas, a proximidade entre os pontos ideais dos deputados pertencentes à mesma coalizão, averiguada nos Mapas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 revela a coesão interna das mesmas. Esta é outra coincidência entre os resultados aqui obtidos na análise das votações nominais em política externa e aqueles desenvolvidos por Alemán e Saiegh (2007) para a política doméstica<sup>55</sup>.

O Gráfico 1 abaixo revela a correlação entre as classificações ideológicas dos partidos políticos estimadas via Nominat, para a política externa, e aquelas estimadas por Alemán and Saiegh (2007), para a política doméstica. Como a última compreende votações nominais de 1997 a 2000, estabeleceremos esta correlação com a Legislatura 1998-2002 deste estudo pela maior proximidade temporal. Apenas serão considerados nesta análise os cinco principais partidos políticos chilenos.

---

<sup>55</sup> O fato da estimação dos pontos ideais de ambos os estudos terem sido obtidas por meio de votações nominais, ainda que por métodos distintos, torna a comparação relevante.



O Gráfico 1 acima nos mostra um coeficiente de correlação linear<sup>56</sup> (0,845) entre ambas as estimações dos posicionamentos dos partidos políticos chilenos no espectro ideológico significativo, indicando a baixa diferenciação entre as mesmas no que diz respeito às preferências dos deputados chilenos. Para desenvolver esta importante argumentação, apresentamos abaixo as tabelas 13, 14 e 15, assim como os gráficos 2, 3 e 4 que expõem o posicionamento dos principais partidos políticos, para cada uma das Legislaturas incluídas na amostra desta dissertação, no espectro político-ideológico (primeira dimensão).

<sup>56</sup> O coeficiente de correlação linear (r) mede a intensidade de associação linear existente entre as variáveis. Uma relação perfeita entre as variáveis possui um  $r = 1$  ou  $r = -1$ , enquanto na ausência de relação o  $r = 0$ . O valor 0,845 encontrado na associação entre as classificações ideológicas dos partidos políticos chilenos nas políticas doméstica e internacional é considerado significativo.

**Tabela 13. Valores Ideológicos por partido 1994-1998.**

Partido	N Deputados	Média	Mediana	Desvio Padrão	IQR
PS	16	-0,79	-0,77	0,08	0,15
PPD	15	-0,77	-0,76	0,09	0,15
DC	37	-0,81	-0,82	0,11	0,25
IND	3	0,27	0,28	0,21	0,80
UDI	16	0,46	0,51	0,31	1,05
RN	30	0,62	0,62	0,20	0,75

Fonte: Elaborada pelo autor.

**Tabela 14. Valores Ideológicos por partido 1998-2002.**

Partido	N Deputados	Média	Mediana	Desvio Padrão	IQR
PS	11	-0,65	-0,65	0,16	0,40
PPD	16	-0,70	-0,66	0,17	0,65
DC	38	-0,64	-0,65	0,10	0,45
IND	5	0,45	0,61	0,65	0,30
UDI	21	0,67	0,68	0,14	0,45
RN	23	0,52	0,56	0,24	0,70

Fonte: Elaborada pelo autor.

**Tabela 15. Valores Ideológicos por partido 2002-2006.**

Partido	N Deputados	Média	Mediana	Desvio Padrão	IQR
PS	10	-0,87	-0,87	0,14	0,45
PPD	19	-0,58	-0,64	0,13	0,50
DC	23	-0,45	-0,49	0,15	0,30
IND	13	0,29	0,56	0,61	0,65
UDI	30	0,48	0,49	0,15	0,45
RN	17	0,56	0,58	0,24	0,35

Fonte: Elaborada pelo autor.

As tabelas 13, 14 e 15 acima demonstram algumas medidas cujo objetivo é determinar, a partir dos valores de cada deputado na primeira dimensão estimados via Nominat e acerca de temas de política externa, a localização dos principais partidos políticos chilenos no espectro político-ideológico, assim como o nível de coesão ideológica no interior dos mesmos. A primeira coluna de valores (N Deputados) mostra quantos deputados

conformam a amostra de cada partido. Vale lembrar que devido ao critério de corte do Nominated (ver capítulo 2), nem sempre o número de deputados analisados nas tabelas acima coincide com o número de deputados da legislatura. Em seguida, apresentamos a média<sup>57</sup>, mediana<sup>58</sup> e o desvio padrão<sup>59</sup> dos valores ideológicos dos deputados para cada um dos principais partidos políticos chilenos. A próxima coluna identifica o intervalo inter-quartis (IQR), uma medida obtida pela diferença entre o quartil superior e o quartil inferior da dispersão dos dados. O quartil superior representa os valores onde são encontradas 25% das observações localizadas mais a direita do espectro do partido político (mais próxima a 1). Já o quartil inferior representa a localização ideológica de 25% dos deputados mais à esquerda do espectro do partido (mais próximo a -1). Assim como o desvio padrão, podemos utilizar os intervalos inter-quartis como uma medida para o nível de coesão ideológica dos partidos políticos. Quanto maior for o IRQ, menos coeso o partido, ao mesmo passo que a recíproca é verdadeira.

Os valores expostos nas tabelas acima podem ser graficamente representados por meio de *boxplots*, realizados para cada uma das legislaturas aqui analisadas (gráficos 2, 3 e 4). Esta representação gráfica facilita a interpretação dos valores das tabelas, assim como nos fornece mais informações sobre a dispersão avaliada. Nos *boxplots* abaixo, cada “caixa” vermelha representa 50% das observações, no caso os pontos ideais, agregados por partido, dos deputados chilenos na dimensão ideológica (primeira dimensão). O traço

---

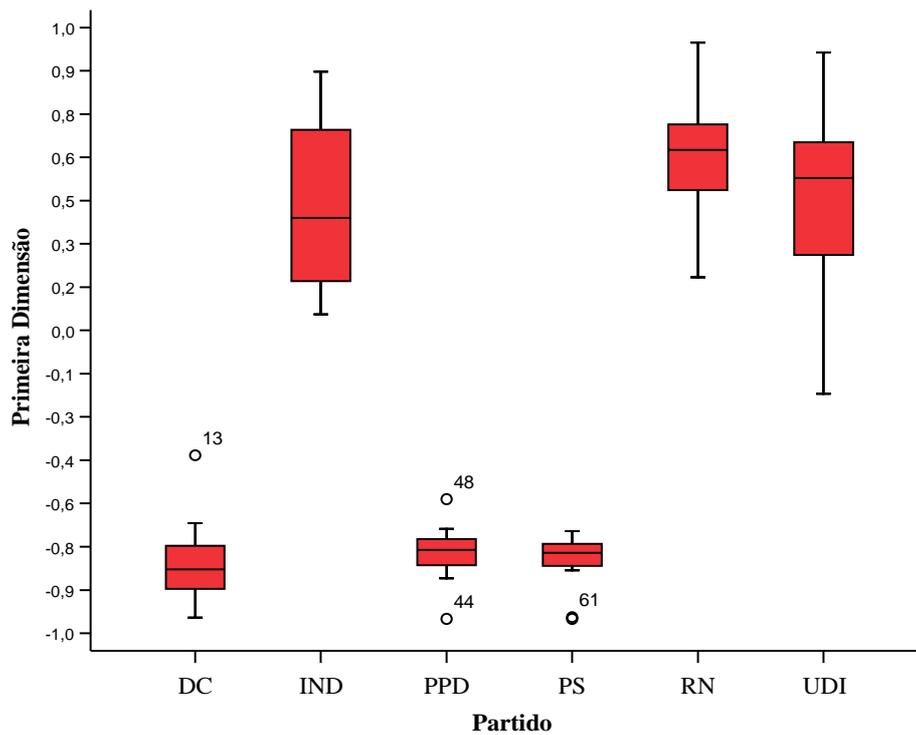
<sup>57</sup> A média, ou média aritmética, é obtida pela soma dos valores dividida pelo número de valores observados. Esta medida resume o conjunto de dados em termos de uma posição central ou valor típico, sendo bastante apropriada para localizar o partido na dimensão ideológica.

<sup>58</sup> A mediana avalia o centro de um conjunto de valores, dividindo a distribuição dos dados ao meio, isto é, deixando os 50% menores valores de um lado e os 50% maiores de outro.

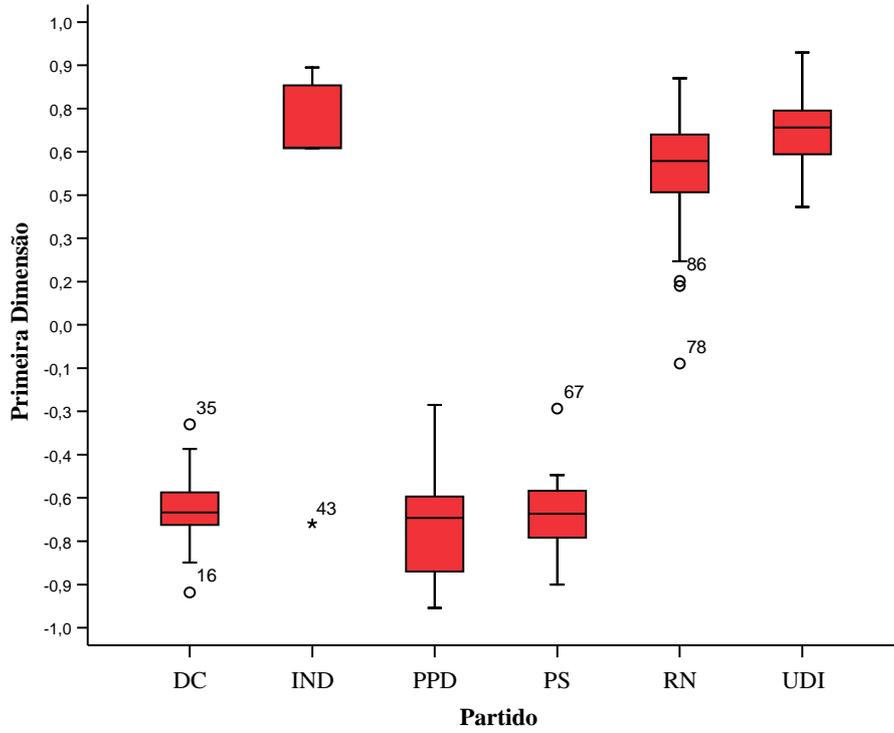
<sup>59</sup> O desvio padrão fornece informação sobre a variância ou heterogeneidade dos valores analisados. Neste caso, o desvio padrão funciona como uma excelente medida do nível de coesão ideológica ou homogeneidade dos deputados de um mesmo partido quando o assunto é política externa.

horizontal no interior das caixas representa a mediana das observações. Adicionalmente, o *boxplot* fornece os valores *outliers* da amostra, ou seja, aqueles valores que desviam muito da mediana da amostra, localizados mais ao extremo que a maioria das outras observações. Nos gráficos abaixo, estes são representados por pontos fora do intervalo inter-quartil. O número que acompanha os pontos é a identificação do deputado no banco de dados desenvolvido nesta pesquisa.

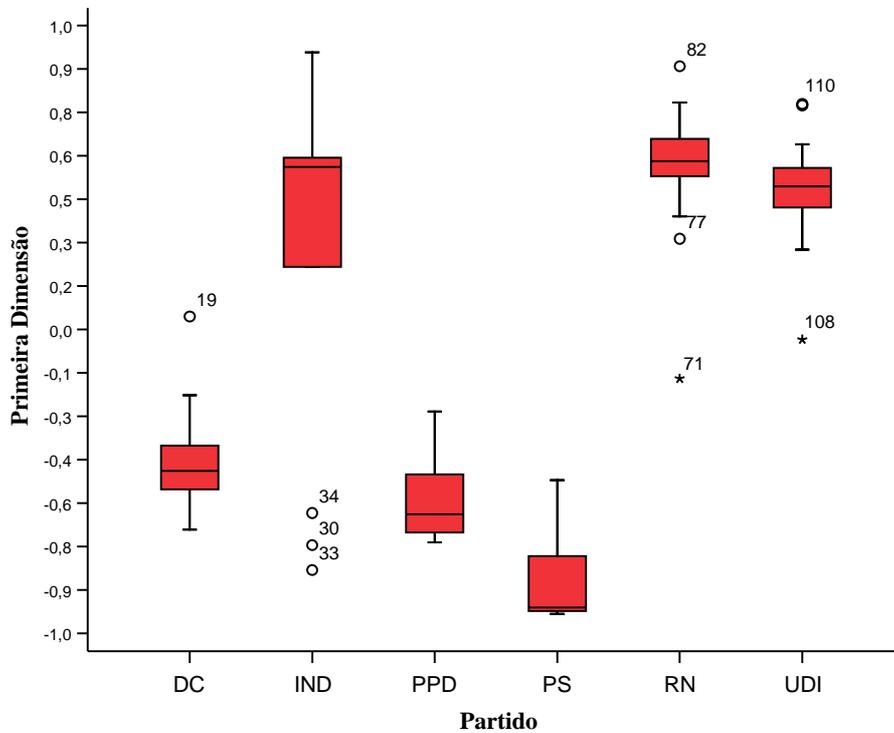
**Gráfico 2. Distribuição Partidos Primeira Dimensão 1994-1998**



**Gráfico 3. Distribuição Partidos Primeira Dimensão 1998-2002**



**Gráfico 4. Distribuição Partidos Primeira Dimensão 2002-2006**



Feita a apresentação dos dados, iniciaremos a descrição do posicionamento ideológico dos partidos políticos em temas de política externa por legislatura. Na tabela 13 e gráfico 2, observamos o posicionamento ideológico do DC, um partido tradicionalmente considerado no centro do espectro político, como o mais a esquerda da Legislatura 1994-1998 (média -0,81 e mediana -0,82). Como exposto anteriormente neste mesmo capítulo, Alemán e Saiegh (2007) argumentam a migração do DC do centro para a esquerda do espectro com o intuito de conferir coesão e estabilidade a coalizão *Concertación*. Ainda assim, surpreende este posicionamento, já que nas outras duas legislaturas (tabelas 14 e 15 e gráficos 3 e 4) o DC, apesar de ocupar a esquerda do espectro, apresentou-se mais a direita dos outros dois partidos da *Concertación*, PS e PPD.

Outro fator interessante é a baixa diferença entre a média ideológica do DC e sua mediana nas três legislaturas. Em geral, adotar a média é mais adequado quando a distribuição dos dados é simétrica, enquanto o uso da mediana é mais preciso em distribuições assimétricas. No caso do DC, dada a baixa ou inexistente diferença entre a média e a mediana nas três legislaturas, conclui-se que a distribuição dos deputados democratas cristãos é simétrica. Isso significa que há uma baixa incidência de valores *outliers* ou estes valores não estão modificando a média de maneira significativa. Esta última opção parece mais adequada na medida em que os gráficos 2, 3 e 4 indicam a presença de *outliers* na distribuição deste partido. Neste ponto, vale salientar que, comparado aos demais partidos, ainda que haja algumas exceções, o n do DC é sempre maior. Isto pode minimizar o peso dos *outliers* no cálculo da média. Finalmente, observamos um considerável nível de coesão ideológica no DC medido tanto pelo desvio padrão baixo quanto pelo IQR baixo.

O *Partido Socialista* (PS) ocupa a posição mais a esquerda do espectro apenas na Legislatura 2002-2006 (média e mediana -0,87 – ver tabela 15). Como mostra o gráfico 4, a mediana dos socialistas está localizada muito próxima ao quartil inferior, indicando que 50% dos deputados socialistas estão muito próximos do valor -1. A média e a mediana dos valores ideológicos do PS são exatamente iguais em duas legislaturas (tabelas 14 e 15) e muito parecidas na Legislatura 1994-1998 (ver tabela 13), indicando que a distribuição do posicionamento ideológico dos deputados socialistas é simétrica. Assim, ainda que possam ser observados valores outliers entre os socialistas nos gráficos 2 e 3, estes parecem não afetar a média de maneira significativa. A elevada coesão ideológica do PS pode ser constatada não só pela distribuição simétrica apresentada, como também pelos baixos valores, em termos comparados, do desvio padrão e IQR nas três legislaturas.

O *Partido por la Democracia* (PPD) é o partido político que se encontra mais a esquerda do espectro ideológico na Legislatura 1998-2002 (média -0,70 e mediana -0,66 – ver tabela 14). É interessante notar que em cada uma das legislaturas incluídas nesta análise, um dos três principais partidos da coalizão *Concertación* ocupou, alternadamente, a posição mais a esquerda do espectro. Apesar das diferenças entre as médias e medianas dos valores dos deputados deste partido não serem muito significativas, estas apresentam diferença maior se comparadas às do DC e PS, mostrando que a distribuição dos mesmos não é tão simétrica quanto a de seus companheiros de coalizão. Isto poderia indicar que o PPD é um pouco menos coeso do ponto de vista ideológico quando comparado a DC e PS. Entretanto, os desvios padrões do PPD nas três legislaturas não diferem muito daqueles encontrados para DC e PS. A maior distinção neste quesito reside no IQR, que

possivelmente explicaria esta diferença apontada. Os valores do IQR para o PPD, com exceção da Legislatura 1994-1998, são um pouco mais elevados do que aqueles apresentados por PS e DC, mostrando um nível de coesão ideológica um pouco menor.

O Partido *Renovación Nacional* (RN) é o partido político localizado mais a direita do espectro político-ideológico em duas legislaturas (1994-1998 e 2002-2006 - ver tabelas 13 e 15). A diferença entre a média e a mediana dos valores dos deputados da *Renovación Nacional* é, como no caso do PS e DC, inexistente ou muito pequena nas três legislaturas expostas. Isso mostra que a distribuição destes valores é simétrica, distribuindo-se normalmente. No que diz respeito a coesão ideológica, O RN, quando comparado aos partidos da *Concertación*, demonstra um menor nível de coesão, dado que tanto os desvios padrões quanto os IQR nas três legislaturas são maiores do que os partidos da esquerda.

Neste ponto, é interessante notar que o mesmo ocorre com o outro partido da *Alianza por Chile*, a UDI, na Legislatura 1994-1998. Neste caso, a UDI apresenta o menor nível de coesão ideológica, apresentando, em termos comparativos, elevados desvio padrão e IQR. A explicação deste fenômeno pode ser a atuação presidencial apontada pela literatura (ver cap. 3). Nos partidos da coalizão governista (*Concertación*) há um forte incentivo advindo dos vastos poderes presidenciais para que estes apoiem as propostas legislativas do presidente, conferindo maior coesão à coalizão e, conseqüentemente, aos partidos que dela participam. No caso da coalizão opositora (*Alianza por Chile*), a ausência deste incentivo explicaria a diferença entre o nível de coesão entre as coalizões, ainda que a primeira, assim como os partidos que a compõem, apresentem níveis de coesão significativos.

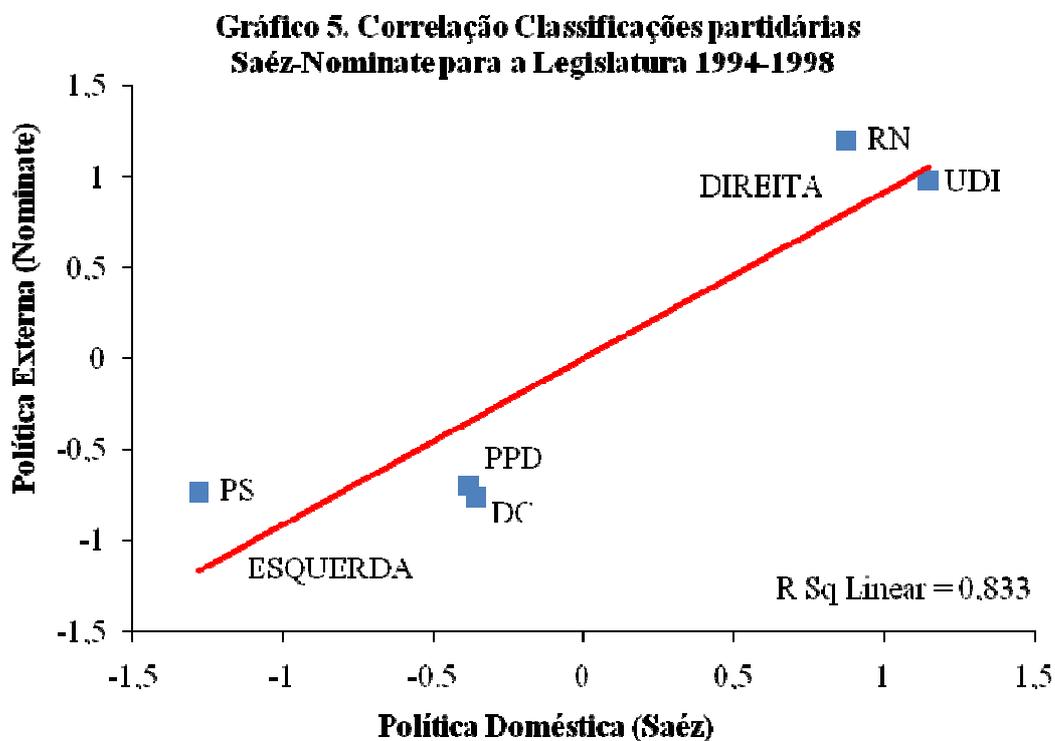
Com relação aos deputados independentes, a primeira observação relevante é a tendência destes ocuparem a direita do espectro ideológico. Por exemplo, na Legislatura 2002-2006, representada pelo gráfico 4, podemos observar que os valores considerados *outliers* situam-se na esquerda do espectro ideológico. Ademais, ainda sobre o mesmo gráfico, constata-se a posição da mediana dos valores muito próxima ao quartil superior, indicando que metade das observações tendem a se situarem na direita. Deste modo, no caso dos independentes, percebe-se uma diferença maior entre a média e a mediana dos valores ideológicos (sempre em comparação aos demais), revelando uma distribuição assimétrica e deslocada para a direita. Faz-se necessário salientar que a Legislatura 1994-1998 é uma exceção ao argumento exposto. Entretanto, como o n desta amostra (3 – ver tabela 13) é bem menor do que os outros, a baixa diferença entre a média e a mediana nesta legislatura pode ser minimizada.

Finalmente, observamos na tabela 15 e no gráfico 4 (onde o n dos independentes é maior) o baixo índice de coesão ideológica dos deputados independentes. Este é um resultado esperado e significativo na medida em que os deputados independentes não possuem filiação partidária e, portanto, o constrangimento ideológico dos partidos políticos. Este dado subsidia a observação aqui defendida acerca da forte influência da ideologia partidária nos votos dos deputados chilenos em temas de política externa.

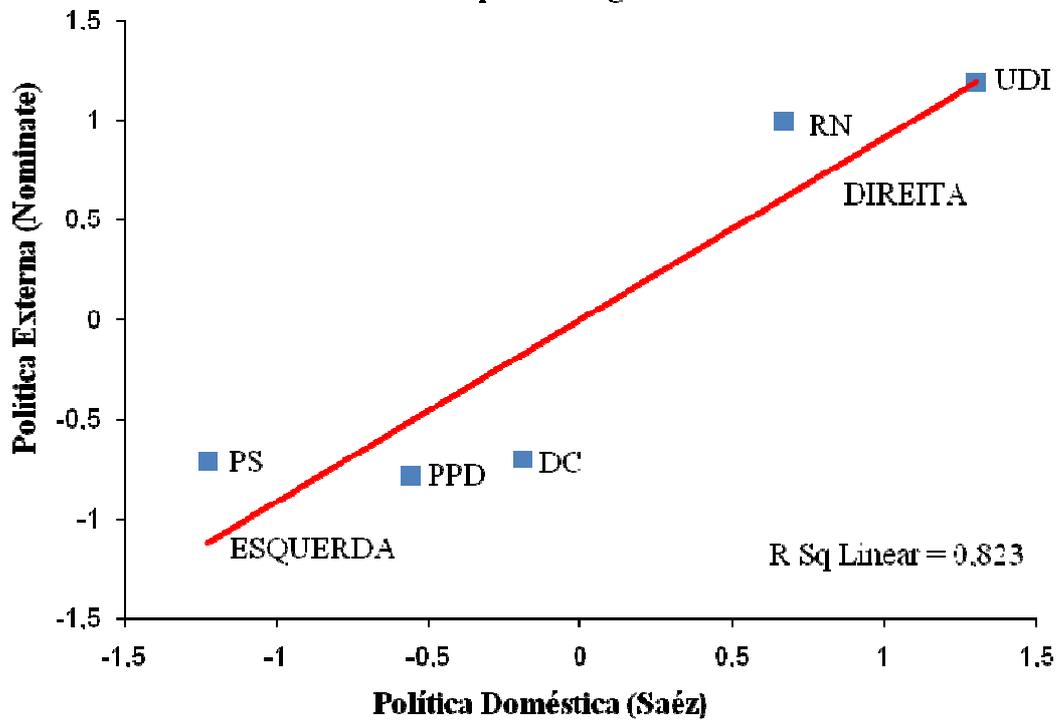
Ainda com relação às tabelas e gráficos recém analisados, pode-se comparar a similaridade entre os valores ideológicos estimados por Saéz (2003) para as Legislaturas 1994-1998, 1998-2002 e 2002-2006 e a disposição espacial dos partidos políticos chilenos na dimensão ideológica (vide Tabela 10). De modo geral, os indicadores apresentados até o presente momento mostram que a classificação obtida através do

Nominate para o tema de política externa não diverge de classificações elaboradas por outros autores e por meio de metodologia distinta.

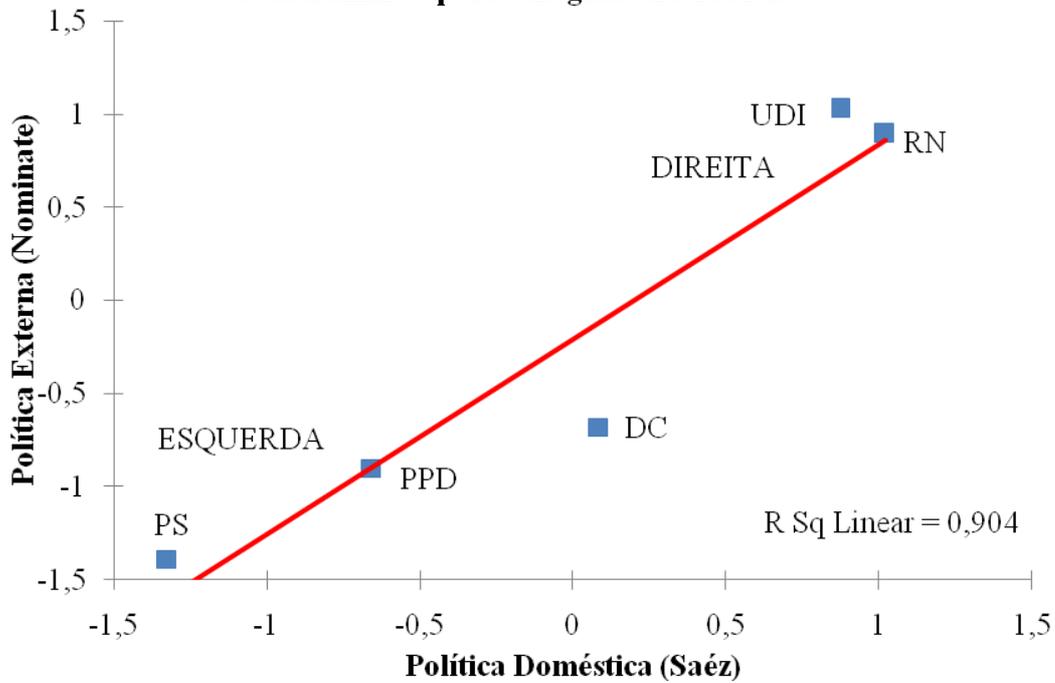
De fato, conforme se pode observar nos gráficos 5, 6 e 7 abaixo, a distribuição espacial da ideologia partidária produzida com base no histórico das votações sobre política externa chilena e por meio do Nominate, é muito similar à distribuição proposta por Saéz (2003), tanto em termos de ordenamento quanto de intensidade. Em outros termos, há forte correlação entre as duas classificações. A pouca diferença entre as classificações reside no fato de que a classificação de Saéz desloca-se levemente para a direita, comparativamente ao Nominate, especialmente em relação ao DC.



**Gráfico 6. Correlação Classificações partidárias Saéz-Nominate para a Legislatura 1998-2002**



**Gráfico 7. Correlação classificações partidárias Saéz-nominate para a Legislatura 2002-2006**



Esta similaridade entre as classificações encontradas, a despeito de terem sido forjadas por meio de metodologias distintas, serve como indício de que o modo como os partidos políticos chilenos estruturam suas percepções sobre a política externa não difere significativamente do modo como as estruturam em relação aos temas de política doméstica. Assim, a dominância do Executivo em matéria de política externa não pode, no caso chileno e no período analisado, ser atribuída à convergência de posicionamentos político-partidário (*bipartisanship*) ou a déficits de informações dos legisladores acerca de temas internacionais. A fonte desta dominância pode estar ligada a questões institucionais, como por exemplo, instrumentos que garantem ao Executivo o controle de agenda (ver capítulo 3), ou derivada do fato do Executivo ter ampla maioria no Congresso chileno — de forma que as posições contrárias da oposição de direita figuram como insuficientes para vetar a tramitação desses temas.

Somente a análise em uma situação de governo dividido, ou seja, Executivo sem maioria no Congresso, poderia permitir dimensionar o papel de contrabalança do Legislativo em política externa no Chile. Os indicativos aqui encontrados, contudo, não parecem corroborar com a tese da especificidade da política externa em termos de baixa assertividade legislativa. Pelo contrário, o que observamos é um forte indício de que a maneira como os legisladores chilenos estruturam suas preferências em política externa é similar ao modo como as estruturam em política doméstica. Este achado, portanto, inclui o presente estudo naquilo que no capítulo 1 chamamos de segunda perspectiva argumentativa.

A polarização aqui detectada, similar a aquelas averiguadas por outros autores na política doméstica (Saéz, 2003 e Alemán and Saiegh, 2007), indica que o presidente chileno não obterá uma maior latitude de ação no âmbito externo quando comparado ao doméstico. É importante explicitar que o alcance desta afirmação diz respeito apenas às preferências dos legisladores. Para uma compreensão plena da questão seria necessário incluir variáveis fundamentais como o poder de agenda do presidente, fator não analisado no capítulo.

## **CAP. 5 – CONCLUSÃO**

A tese de que os legisladores latino-americanos abdicam ou delegam poder decisório ao Executivo quando o assunto é política externa, em função de déficits de informação ou de baixo interesse político e eleitoral, parece não ter assento ao menos no caso do Chile contemporâneo. A polarização ideológica identificada na análise dos mapas espaciais das votações nominais, apresentadas ao longo deste trabalho, é um indício contrário a essa tese. A tendência nos casos de abdicação ou delegação é de que não haja divergências significativas de posicionamento, uma vez que, por razões distintas, tanto quem delega quanto quem abdica tende a acompanhar a posição da parte proponente.

O fato de haver um contingente expressivo de votações em matéria de política externa em que se verifica alta convergência, ou até mesmo aprovação por unanimidade, não anula o argumento central do trabalho. Isso porque a questão não reside em saber qual o percentual de votações que são convergentes em política externa, mas sim se este percentual é significativamente distinto do percentual de convergência em matérias de política doméstica. Muito embora esta comparação não tenha sido feita diretamente, a similaridade da classificação político-ideológica dos partidos gerada por três metodologias distintas (Nominate, Alemán and Saiegh, 2007 e Saéz, 2003) é um sinal de que a política externa não se distingue da política doméstica em termos de clivagens políticas.

Pode-se afirmar ainda mais que a consistência ideológica do legislador chileno em matéria de política externa, além da própria polarização sistemática evidenciada, é testada tanto pelo confronto de metodologias distintas, quanto pelo confronto entre temas

domésticos e internacionais. Infere-se assim que a lógica que estrutura preferências legislativas em matéria de política externa nada tem de diferente ou específico daquela que estrutura os temas de política doméstica. Ou formulando-se de outro modo, existe uma única dimensão que estrutura de forma coerente as percepções e preferências dos legisladores chilenos na passagem do doméstico para o internacional, ou vice-versa.

É necessário ter-se clareza do alcance preciso dos achados empíricos aqui apresentados. Os dados do trabalho permitem apenas conclusões sobre o tema da coerência ideológica decisional dos deputados chilenos em temas mais sensíveis da política externa. Não nos permitem fazer inferências, contudo, sobre o fato do Poder Legislativo chileno, enquanto instituição coletiva, ser capaz de influenciar de maneira significativa os rumos da política externa chilena. Para tanto, seria necessário que as evidências mostrassem que a atuação legislativa constrange e enviesa de algum modo a política externa encampada pelo Poder Executivo.

De forma mais sistemática é possível dizer que a capacidade do Poder Legislativo influenciar a política externa depende de três condições básicas. A primeira condição é que os legisladores tenham posicionamento ou preferências, como ocorre com as políticas domésticas de um modo amplo. A valer as teses de baixo grau de informação ou interesse dos legisladores sobre política externa, a tendência é que não venham a formar posição ou preferência suficientemente estruturadas. Em segundo lugar, que as atribuições constitucionais confirmam ao Poder Legislativo capacidade legal e legitimidade para atuar em assuntos internacionais. E, por fim, que haja modificação do ponto ideal do Poder Executivo caso a preferência do legislador mediano esteja suficientemente divergente à

do Presidente. O caso chileno aqui investigado permite concluir que os interesses (preferências) do legislador mediano em política externa existem, há possibilidade institucional da efetivação do poder de veto, o que torna relevante a estimação das preferências dos legisladores para a análise da formulação da política externa. É proveitoso salientar que um modelo espacial capaz de analisar a interação entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo decisório deve incorporar variáveis como a formação da agenda, o posicionamento do *status quo*, assim como a localização das alternativas ao último.

A análise sobre a influência do Legislativo sobre a política externa chilena demandaria um esforço empírico distinto, além de um contexto político não dado até o presente momento. Fica, este tema, indicado como agenda de pesquisa em construção e para empreitadas futuras. Coube, neste trabalho, a tarefa de angariar avanços sobre a relação entre ideologia político-partidária no âmbito legislativo e política externa chilena. Sua contribuição, onde há, reside no fato de apresentar indícios de que, tomando o Chile como estudo de caso, os legisladores estruturam suas preferências em relação à política externa de modo similar ao que fazem em relação à política doméstica. Não se sustentando, portanto, as teses de que a abdicação é, no caso da política externa, fruto de inconsistência cognitiva do legislador.

O avanço da agenda de pesquisa relacionada à participação dos legislativos latino-americanos na formulação da política externa certamente depende de uma análise comparada, via votações nominais, de um número significativo de países. Isto possibilitaria a inclusão de outras variáveis independentes no modelo, além de conferir

maior variabilidade às mesmas, seja na arena eleitoral ou interna ao Legislativo. Assim, perguntas mais abrangentes poderiam ser respondidas, conduzindo-nos a conclusões mais precisas no que diz respeito ao tema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ADLER, David Gray. (1988), "The Constitution and Presidential Warmaking: The Enduring Debate". *Political Science Quarterly*, Vol. 103, No. 1, pp. 1-36.

ALCANTARA, Lúcio. (2001), "Os Parlamentos e as Relações Internacionais". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 44, No. 1, pp. 13-21.

ALDRICH, John. (1995), *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago, University of Chicago Press.

ALDRICH, John. (1997), "R. A. Fisher and the Making of Maximum Likelihood 1912-1922". *Statistical Science*, vol. 12, No 3, pp. 162-176.

ALEMÁN, E. (2003), "Legislative Rules and the Amending Process: Theory and Evidence from Argentina, Chile and Mexico". Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, Philadelphia, Marriot Hotel.

ALEMÁN, Eduardo and SAIEGH, Sebastián. (2007), "Legislative Preferences, Political Parties, and Coalition Unity in Chile". *Comparative Politics*, vol. 39, No 3, pp. 253-272.

ANINANT, Cristóbal; LONDREGAN, John; NAVIA, Patricio and VIAL, Joaquín. (2004), "Political Institutions, Policy making Process, and Policy Outcomes in Chile". Manuscript.

ARCAYA, Óscar Godoy. (2003), "Parlamento, Presidencialismo y Democracia Protegida". *Revista de Ciencia Política* (Santiago), volume XXIII, n° 2, pp. 7-42.

BALDWIN, Robert and MAGEE, Christopher. (2000), *Congressional Trade Votes: From NAFTA Approval to Fast-Track Defeat*. Washington, Institute for International Economics.

BARDWELL, Kedron. (2000), "The Puzzling Decline in House Support for Free Trade: Was Fast-Track a Referendum on NAFTA?" *Legislative Studies Quarterly*, Vol.25, n° 4, pp. 591-610.

BIGLAISER, Glen; JACKSON, David; PEAKE, Jeffrey. (2004), "Back on Track: Support for Presidential Trade Authority in the House of Representatives". *American Politics Research*, vol. 32, N° 6, pp. 679-697.

BOND, Jon and FLEISHER, Richard. (1990), *The President in the Legislative Arena*. Chicago, University of Chicago Press.

CAREY, J. M. (2002), *Parties, Coalitions, and the Chilean Congress in the 1990's. Legislative Politics in Latin America*. Scott Morgerstern and Benito Nacif (eds.): Cambridge University Press.

CLAUSEN, Aege. (1973), *How congressmen decide: A policy focus*. New York, St. Martin's congressional record.

CHILE. (2006), *Constitución Política de la República de Chile*. Valparaíso, Biblioteca del Congreso Nacional.

CHILE. (2006), *Reglamento Interno de la Cámara de Diputados de Chile*. Valparaíso, Biblioteca del Congreso Nacional.

CONLEY, Richard. (1999), "Dreading Presidential Fast-Track Authority: The Impact of Constituency Pressures and Political Ideology on Trade Policy in Congress". *Political Research Quarterly*, vol. 52, No 4, pp. 785-799.

COX, Gary and McCUBBINS Mathew. (1991), "On the Decline of Party Voting in Congress". *Legislative Studies Quarterly*, vol.16, No. 4, pp. 547-570.

COX, Gary and McCUBBINS Mathew. (1993), *Legislative Leviathan*. Berkeley: University of California Press.

COX, Gary and POOLE, Keith. (2002), "On Measuring Partisanship in Roll- Call Voting: The U.S. House of Representatives, 1877-1999". *American Journal of Political Science*, vol. 46, No 3, pp. 477-489.

DAHL, Robert. (1950), *Congress and Foreign Policy*. New York, Norton.

DELAET, James and SCOTT, James. (2006), "Treaty-Making and Partisan Politics: Arms Control and the U.S. Senate, 1960–2001". *Foreign Policy Analysis*, Vol. 2, Issue 2, pp. 177–200.

DOW, Jay K. (1998), "A Spatial Analysis of Candidates in Dual Member Districts: The 1989 Chilean Senatorial Elections". *Public Choice*, 97, pp. 119-142.

EDWARDS, George. (1989), *At the Margins: Presidential Leadership of Congress*. New Haven, Yale University Press.

EPSTEIN, David and O'HALLORAN, Sharyn. (1996), "The Partisan Paradox and the U.S. Tariff, 1877-1934". *International Organization*, vol. 54, No. 2, pp. 301-324.

FELIU, Pedro; GALDINO, Manoel e OLIVEIRA, Amâncio. (2007), "Política de Comércio Exterior, Ideologia Partidária e Interesses Locais: um estudo sobre o caso chileno". *Revista Cena Internacional*, vol.9, No 2, pp. 33-57.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

FIORINA, Morris P. (1989), *Congress: Keystone of the Washington Establishment*. New Haven, Yale University Press.

FLEISHER, Richard, BOND, Jon, KRUTZ, Glen and HANNA, Stephen. (2000), "The demise of the two presidencies". *American Politics Quarterly*, vol. 28, No 1, pp. 3-25.

FORDHAM, Benjamin. (1998), "Economic Interests, Party and Ideology in Early Cold War Era U.S. Foreign Policy". *International Organization*, Vol. 52, No. 2, pp. 359-396.

FORDHAM, Benjamin and McKeown, Timothy. (2003), "Selection and Influence: Interest groups and Congressional Voting on Trade Policy". *International Organization*, vol. 57, pp. 519-549.

GARTZKE, Erik and WRIGHTON, Mark. (1998), "Thinking Globally or Acting Locally? Determinants of the GATT Vote in Congress". *Legislative Studies Quarterly*, Vol. 23, No.1, pp. 33-55.

GERRING, John. (1997), *Party Ideologies in America, 1828-1996*. Cambridge, Cambridge University Press.

GROSSMAN, Gene and HELPMAN, Elhanan. (2002), *Special Interest Politics*. Massachusetts Institute of Technology.

GUZMÁN, Eugenio. (1993), "Reflexiones sobre el sistema binominal". *Estudios Públicos*, no 51, pp. 303-325.

HAGER, Gregory and TALBERT, Jeffery. (2000), "Look for the Party Label: Party Influences on Voting in the U.S. House". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 25, N° 1, pp. 75-99.

HECKMAN, J. And SNYDER, J. (1997), "Linear Probability Models of the Demand for Attributes with an Empirical Application to Estimating the Preferences of Legislators". *RAND Journal of Economics* 28, pp. 142-189.

HUDSON, Valerie. (2005), "Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations". *Foreign Policy Analysis*, vol. 1, pp. 1-30.

HURWITZ, Mark; MOILES, Roger and ROHDE, David. (2001), "Distributive and Partisan Issues in Agriculture Policy in the 104<sup>th</sup> House." *The American Political Science Review*, vol. 95, N° 4, pp. 911-922.

JACKMAN, S. (2001), "Multidimensional Analysis of Roll Call Data via Bayesian Simulation: Identification, Estimation, Inference and Model Checking". *Political Analysis*, vol.9, No 3, pp. 227-241.

KAHANE, Leo. (1996), "Congressional Voting Patterns on NAFTA: An Empirical Analysis". *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 55, pp. 395-409.

KALANDRAKIS, Tasos. (2006), *Roll Call Data and Ideal Points*, Working Paper No. 42, University of Rochester.

KAROL, David. (2003), *Does Constituency Size Affect Elected Officials' Trade Policy Preferences?* Paper presented at the 2002 Annual Meeting of the Midwest Political Science Association at Princeton.

KEGLEY, Charles and WITTKOPF, Eugene. (1995), *American Foreign Policy – Pattern and Process*. New York, St. Martin's Press.

- KREHBIEL, Keith. (1999), "Paradoxes of Parties in Congress". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 24, No 1, pp. 31-64.
- KREHBIEL, Keith. (2000), "Party Discipline and Measures of Partisanship". *American Journal of Political Science*, vol. 44, No 2, pp. 212-227.
- LEONI, Eduardo. (2000), *Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados no Brasil Pós-Consituente*. Dissertação de Mestrado do Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.
- LEONI, Eduardo. (2002), "Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998)". *DADOS*, Vol. 45, nº 3, pp. 361 a 386.
- LIMA, Maria Regina Soares. (2000), "Instituições Democráticas e Política Exterior". *Contexto Internacional*, vol. 22, pp.265-303.
- LIMA, Maria Regina Soares e SANTOS, Fabiano. (2001), "O Congresso e a Política Exterior". *Lua Nova*, nº52, pp. 121-150.
- LINDSAY, James and RIPLEY, Randall. (1992), "Foreign and Defense Policy in Congress: A Research Agenda for the 1990s". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 17, Nº 3, pp. 417-449.
- LINDSAY, James. (1994), *Congress and the Politics of US Foreign Policy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- LINDSAY, James. (2003), "Deference and Defiance: The Shifting Rhythms of Executive – Legislative Relations in Foreign Policy". *Presidential Studies Quarterly*, vol. 33, no 3, pp. 530-546.
- LONDREGAN, John. (1999), "Estimating Legislators' Preferred Points". *Political Analysis*, vol. 8, no. 1, pp. 35-56.
- LONDREGAN, John. (2000), *Legislative Institutions and Ideology in Chile*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MAGAR, Eric; ROSENBLUM, David and DAVID, Samuels. (1998), "On the absence of centripetal incentives in double-member districts – The case of Chile". *Comparative Political Studies*, 31, pp. 714-739.
- MARKS, Gary; HOOGE, Liesbet; NELSON, Moira and EDWARDS, Erica. (2006), "Party Competition and European Integration in the East and West: Different Structure, Same Causality". *Comparative Political Studies*, vol. 39, No. 2, pp. 155-175.
- MARTIN, Lisa L. (2000), *Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation*. Princeton, Princeton University Press.
- MAUREIRA, Sergio Toro. (2007), "Conducta Legislativa ante las Iniciativas del Ejecutivo: Unidad de los Bloques Políticos em Chile". *Revista de Ciencia Política*, volume 27, No 1, pp. 23-41.

MAYHEW, David R. (1974), *Congress: The Electoral Connection*. New Haven, Yale University Press.

McCORMICK, James and WITTKOPF, Eugene. (1990), "Bipartisanship, Partisanship, and Ideology in Congressional – Executive Foreign Policy Relations, 1947-1988". *The Journal of Politics*, vol. 52, No 4, pp. 1077-1100.

McCORMICK, James and WITTKOPF, Eugene. (1992), "At The Water's Edge. Effects of Party, Ideology, and Issues on Congressional Foreign Policy Voting, 1947-1988". *American Politics Quarterly*, vol. 20, No 1, pp.26-53.

McCORMICK, James, WITTKOPF, Eugene and DANNA, David. (1997), "Politics and Bipartisanship at the water's edge: A note on Bush and Clinton". *Polity*, vol. 30, pp. 132-49.

McGILLIVRAY, Fiona. (1997), "Party Discipline as a Determinant of the Endogenous Formation of Tariffs". *American Journal of Political Science*, vol. 41, No. 2, pp. 584-607.

MEERNIK, James. (1993), "Presidential Support in Congress: Conflict and Consensus on Foreign and Defense Policy". *The Journal of Politics*, vol. 55, No 3, pp. 569-587.

MENA, Antonio Ortiz. (2004), *O processo de formulação política de comércio nas Américas: lições da experiência mexicana*. Trabalho apresentado para a 45ª Convenção Anual da ISA em Montreal, Canadá.

MILNER, Helen and ROSENDORFF, Peter. (1997), "Democratic Politics and International Trade Negotiations: Elections and Divided Government as Constrains on Trade Liberalization". *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 41.

MILNER, Helen and JUDKINS, Benjamin. (2004), "Partisanship, Trade Policy, and Globalization: Is There a Left-Right Divide on Trade Policy?" *International Studies Quarterly*, vol. 48, pp. 95-119.

NEACK, Laura; HEY, Jeanne; HANEY Patrick (org.). (1995), *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. New Jersey, Prentice Hall.

NEVES, J. A. Castro. (2003), "O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA". *Contexto Internacional*, vol.25, No 1.

NICOLAU, Jairo. (1999), *Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

NOLTE, Detlef. (2003), "El Congreso chileno y su aporte a la consolidación democrática en perspectiva comparada". *Revista de Ciência Política* (Santiago), vol. XXIII, n° 2, pp.43-67.

O'HALLORAN, Sharyn. (1993), *Congress and Foreign Trade Policy*. (Chapter 12), In RIPLEY, Randall and LINDSAY, James (ed.). (1993), *Congress Resurgent: Foreign and Defense Policy on Capitol Hill*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.

- OLIVEIRA, Jorge Amâncio. (2003), *Legislativo e Política Externa: das inconveniências da abdicação*. Working Papers Caeni, n°3, São Paulo.
- OLIVEIRA, Jorge Amâncio (org.). (2005), *Entraves e Possibilidades Institucionais e Políticos da Integração Regional Sul-Americana*. Relatório OPSA, Setembro de 2005.
- ONUKEI, Janina e OLIVEIRA, Amâncio. (2006), “Eleições, Política Externa e Integração Regional”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, No. 27, pp. 13-29.
- PARISH, Randall. (2004), *Presidents, Parties, and Foreign Policy: Domestic Institutions and Interstate Behavior in Latin America*. Paper presented at the 2004 Annual Meeting of the Midwest Political Science Association at Chicago, Illinois, April 15-17.
- POOLE, Keith T. (2005), *Spatial Models of Parliamentary Voting*. Cambridge, Cambridge University Press.
- POOLE, Keith and DANIELS, Steven. (1985), “Ideology, Party and Voting in the U.S. Congress, 1959-1980”. *The American Political Science Review*, vol. 79, No 2, pp. 373-399.
- POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (1991), “Patterns of Congressional Voting”. *American Journal of Political Science*, vol. 35, pp. 228-278.
- POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (1997), *Congress: A Political-Economic History of Roll Call Voting*. New York, Oxford University Press.
- POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (2001), “D-NOMINATE After 10 Years: A Comparative Update to Congress: A Political-Economic History of Roll Call Voting”. *Legislative Studies Quarterly*. Vol. XXVI, n. 1, pp. 5-29.
- PRINS, Brandon C. and MARSHALL, Bryan W. (2001), “Congressional Support of the President: A Comparison of Foreign, Defense, and Domestic Policy Decision Making during and after the Cold War”. *Presidential Studies Quarterly*, vol. 31, No 4, pp. 660 – 678.
- RAGSDALE, Lyn. (1995), *President and Congress*, New York, Simon & Scuster Press.
- RIPLEY, Randall and LINDSAY, James (ed.). (1993), *Congress resurgent: Foreign and Defense Policy on Capitol Hill*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- ROGOWISKI, Ronald. (1987), “Trade and Variety of Democratic Institutions”, *International Organization*, vol. 41, pp. 203-24.
- ROSENTHAL, Howard and VOETEN, Erik. (2004), “Analysing Roll Calls with Perfect Spatial Voting: France 1946-1958”. *American Journal of Political Science*, vol. 48, No. 3, pp. 620-632.
- SAÉZ, Manuel Alcántara. (2003), “La ideología de los partidos chilenos, 1994-2002: Rasgos constantes y particularidades”. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), vol. XXIII, n° 2, pp. 68-87.

SANTOS, Fabiano. (2006), *Democracia, Legislativo e os Novos Desafios para o Capitalismo Brasileiro*. Análise de Conjuntura OPSA, n° 9, Setembro de 2006.

SIAVELIS, Peter. (2000), *The President and Congress in Postauthoritarian Chile*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

SIAVELIS, Peter. (2004), “Sistema Electoral, Desintegración de Coaliciones y Democracia em Chile? El Fin de la Concertación?”. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), vol. XXIV, n° 1, pp. 58-80.

SHEPSLE, Kenneth and WEINGAST, Barry. (1994), “Positive Theories of Congressional Institutions.” *Legislative Studies Quarterly*, vol. 19, N° 2, pp. 149-179.

SHUGART, John and MATTHEW, Carey. (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Designs and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

SMITH, Steven. (2000), “Positive Theories of Congressional Parties”. *Legislative Studies Quarterly*, Vol. 25, N° 2, pp. 193-215.

STUHLREHER, Amalia. (2003), “Régimen Político y Política Exterior en Argentina: El caso del primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995)”. *Perfiles Latinoamericanos*, Junio, n° 22.

THÉRIEN, Jean-Philippe and NOEL, Alan. (2000), “Political Parties and Foreign Aid”. *The American Political Science Review*, vol. 94, No 1. pp. 151-162.

TSEBELIS, George. (1997), “Processo Decisório em Sistemas Políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 52, pp.89-117.

VÁSQUEZ, David. (2006), “El sistema electoral binominal y las elecciones parlamentarias 1989-2005”. Santiago, Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, serie estudios n° 1.

WARBURG, Gerald F. *Conflict and consensus: The struggle between Congress and the President over foreign policymaking*. New York, Harper&Row.

WILDAVISKY, Aaron. (1969), *The two presidents. In the Presidency*, ed. Aaron Wilasky. Boston, Little Brown.

WINK, Kenneth; LIVINGSTON, Don.; GARAND, James. (1996), “Dispositions, Constituencies, and Cross-Pressures: Modeling Roll-Call Voting on the North American Free Trade Agreement in the U.S. House”. *Political Research Quarterly*, Vol. 49, No. 4, pp. 749-770.

WITTKOPF, Eugene R. And McCORMICK, James M. (1998), “Congress, the President, and the End of the Cold War: Has Anything Changed?”. *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 42, No. 4, pp. 440-466.

WOOD, Dan B. and PEAKE, Jeffrey S. (1998), "The Dynamics of Foreign Policy Agenda Setting", *American Political Science Review*, vol. 92, No 1., pp. 173-184.

XIE, Tao. (2004), "Congressional Roll Call Voting on China Trade Policy". *American Politics Research*, Vol. 32, No. 6, pp. 679-697.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)